



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

139ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente

Realizada em
Brasília/DF.
16 de Agosto de 2023.

(Transcrição ipso verbis)
Empresa RDK Degrações e Eventos

Manhã:

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Bom dia.
2 Alguém poderia tirar o Mario Mantovani da sala para a gente poder começar, por favor?
3 Bom dia, senhoras e senhores conselheiros. Bem-vindos à 139ª Reunião Ordinária do
4 Conselho Nacional do Meio Ambiente. Impressionante, não é? 139ª Reunião do
5 Conselho Nacional do Meio Ambiente, olha só, é uma história, é uma longa história. Bom,
6 vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje, passando de imediato para a abertura
7 para a nossa presidente do Conselho, a ministra Marina Silva.

8 **A SRª. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**
9 - Bom dia a todos, a todas. Ainda um pouco rouca, em ritmo de cúpula da Amazônia, que
10 foram intensos debates e não teve um uso sustentável da voz, mas foi um processo
11 incrível, com a participação de cerca de 27 mil pessoas no segmento da sociedade civil
12 e com a participação dos governos do Tratado de Cooperação da Amazônia e mais
13 representantes de países especialmente convidados. Tivemos uma cúpula da Amazônia
14 depois de 14 anos sem que os países do Tratado de Cooperação da Amazônia se
15 reunissem. E eu disse recentemente para um jornalista que, depois dessa cúpula,
16 dificilmente nós ficaremos 14 anos sem que ela venha a se reunir. Em primeiro lugar,
17 porque há uma emergência colocada para a Amazônia em relação a ponto de não retorno
18 para seus povos tradicionais e uma emergência colocada no mundo em que ela tem um
19 papel importante. Em segundo lugar, pelo fato de que, há 14 anos atrás, essa emergência
20 não estava colocada com a ênfase que foi posta dessa vez, inclusive pelo presidente
21 Lula, que fez questão de pautar a questão da sustentabilidade como eixo estratégico de
22 sustentação do debate da cúpula. E uma outra questão importante é o fato de que a
23 sociedade civil teve uma forte participação. Então, nós não saímos de lá com uma
24 declaração apenas dos governos dos países amazônicos. Nós saímos com uma
25 declaração também conjunta da sociedade brasileira e das sociedades do Peru, da
26 Bolívia, da Colômbia, dos vários países. E uma declaração diferente da declaração dos
27 governos. Em processos multilaterais, não se pode ter dissenso. Então, tudo tem que ser
28 consenso progressivo. No processo da sociedade, tem o consenso e o dissenso. Então,
29 a sociedade saiu com uma declaração à nossa frente, à frente dos governos e das

30 empresas. E o presidente Lula disse que a declaração da sociedade será como uma
31 espécie de imã a nos puxar cada vez mais para a frente. Então, eu queria fazer esse
32 registro, porque a voz ainda está impactada, mas também o compromisso, eu diria, foi
33 significativamente ampliado com esse encontro importante e o compromisso de todos os
34 governos de não permitir que a Amazônia chegue a ponto de não-retorno. Um outro
35 aspecto importante que eu queria registrar nesse CONAMA, que é um fórum altamente
36 privilegiado com pessoas de altíssimo nível, digamos assim, de todo o nosso legado
37 ambiental estabelecido em termos das competências humanas, é o fato de que, em que,
38 pese todas as dificuldades, temos alcançado avanços significativos. Um deles, eu
39 gostaria de registrar. Nós tivemos o lançamento do Programa de Aceleração do
40 Crescimento, recentemente, no Rio de Janeiro, e ali estava como eixo estratégico o
41 desenvolvimento e sustentabilidade. Que o desenvolvimento seja sustentável. E o próprio
42 presidente Lula e todos que representavam o governo colocando a questão da
43 sustentabilidade. E endereçando questões estratégicas importantes para que se façam
44 estudos, porque chegou o tempo também de fazer política pública com base em
45 evidência, depois de um longo período de negacionismo. Ainda uma outra coisa que eu
46 queria registrar é que, em que, pese as dificuldades, e aqui eu vou estar parabenizando
47 os esforços do Ibama, Rodrigo, os esforços do ICMBIO, o Maurinho, e de todos nós,
48 governos estaduais, governos municipais, que têm se empenhado nessa agenda e que
49 têm estabelecido parceria, é uma redução do desmatamento da Amazônia, nos últimos
50 sete meses, de 42%. E no mês de julho, de 66 % de queda do desmatamento, num mês
51 que é muito crítico, com uma preocupação que é o aumento do desmatamento no
52 Cerrado, mas já com uma agenda muito profícua de trabalho com os governos estaduais,
53 com os secretários de meio ambiente, secretário André tem se esforçado muito,
54 Capobianco, vários companheiros têm trabalhado nessa agenda. E ainda queria fazer o
55 registro importante que nós fomos desfalcados, como eu disse na outra reunião, quando
56 eu saí daqui a 15 anos atrás, deixei 1.700 fiscais, voltei com 700 fiscais e o Rodrigo não
57 para de dizer que são poucos os que têm condição de ir a campo, se não fosse a
58 tecnologia, talvez nós não tivéssemos ampliado a nossa capacidade de fiscalização em
59 quase 200%. Mas conseguimos fazer o chamado, isso o Rodrigo já, o decreto foi
60 assinado pelo presidente Lula, de 250 novos servidores para o IBAMA, porque fizemos a

61 chamada do concurso remanescente e a partir do ano que vem teremos um novo
62 concurso para o IBAMA. A mesma coisa aconteceu com o ICMBIO, 160 pessoas foram
63 chamadas do concurso remanescente para que o ano que vem possamos ter o concurso.
64 Tudo isso eu estou registrando porque eu sei que todo mundo aqui se regozija em
65 estarmos conseguindo alguns ganhos, sabendo que é um imenso desafio pela frente.
66 Muito obrigada aqui por fazer esse, no Ministério, no Senado, tinha um pequeno
67 expediente e eu sei que vocês têm a tribuna livre, então fiz aqui também a minha tribuna
68 livre, como dizia a minha avó, tem que ir. Agora, uma coisa importante, secretário
69 Capobianco, da abertura dessa centésima, trigésima, nona reunião, como disse o Capô
70 aqui, do CONAMA, eu acho que é o fato de que nós tivemos um evento muito importante
71 em relação ao CONAMA. O primeiro dele foi no dia 1º de janeiro, em que o presidente
72 Lula restabeleceu o CONAMA, que havia sido desmontado. O segundo talvez nós
73 estejamos fazendo aqui agora, que é a medida para assegurar o funcionamento do
74 Conselho, do CONAMA, e dando segurança jurídica ao funcionamento do Conselho
75 Nacional de Meio Ambiente, para que não haja nenhum questionamento jurídico. Foi feita
76 uma escolha pelo grupo de trabalho de que a gente deveria ter como base o regimento
77 interno, acho que de oito anos atrás, não é isso? Para que, a partir dele, com a devida
78 segurança jurídica, nós possamos, o grupo de trabalho, se debruçar para fazer os
79 aprimoramentos, as atualizações, todo aquele debate que o Hermann levantou na nossa
80 primeira reunião, que eu achei muito interessante. Acho que vocês vão ter aqui uma
81 reunião muito importante, durante todo o dia. Infelizmente, eu não vou poder participar,
82 vocês sabem que está tendo a Marcha das Margaridas, cerca de 150 mil mulheres estão
83 nessa capital de Brasília, um evento incrível. Ontem eu participei do ato das margaridas,
84 algo fantástico, e eu vou sair para participar do encerramento da marcha, mas quero
85 desejar aqui uma boa reunião para o CONAMA e que vocês possam tomar as decisões
86 que servem de base para o bom funcionamento da política ambiental do nosso país, não
87 só no plano federal, mas também em relação a estados e municípios, com a nossa diretriz
88 de fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, de vertebrar, como dizia sempre o
89 Langone, o Sistema Nacional de Meio Ambiente. Então, desejo uma boa reunião, tenham
90 todos um bom dia, e a partir de agora, o secretário João Paulo Capobianco assume aqui
91 os trabalhos, junto com a Marcela, agradecendo ao Rodrigo por, mais uma vez, nos

92 anfitrião, e a todos os nossos conselheiros e conselheiras. Eu sei que vai ter um debate
93 sobre aqueles que irão presidir e coordenar as câmaras técnicas, que são o suporte
94 técnico do nosso trabalho e das nossas resoluções. Eu não sei se o discurso do Hermann
95 já foi transformado, o Capobianco, como a gente havia se comprometido, para uma
96 publicação, mas eu sugeriria que, se ainda não foi, que assim, ou seja, para que a gente
97 tenha ali aquele discurso como uma base de referência, de sustentação desse importante
98 conselho. Tenham todos um bom dia e um bom trabalho.

99 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muitas
100 bem, senhoras e senhores conselheiros, vamos então dar início à nossa reunião. Como
101 é de conhecimento de todos, a pauta foi enviada... Ô, Marcela, a pauta foi encaminhada
102 a todos, e nós iniciamos agora com a apresentação dos novos conselheiros. Vou pedir
103 para a Marcela, diretora do CONAMA, fazer o encaminhamento em relação aos novos
104 conselheiros. Por favor, Marcela.

105 **A SRª. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**
106 - Eu vou sair aqui com muitas sacolinhas, e eu só queria agradecer a todos os presentes
107 recebidos aqui agora. Muito obrigada.

108 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Dá para
109 compartilhar isso aqui, que eu vi que é chocolate.

110 **A SRª. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima)**
111 - São todos... Só explicando, trata-se de um lindo colar, porém feito de tecido. Que fique
112 bem claro.

113 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Olha o
114 Olha, celular. É importante esclarecer isso hoje em dia. É uso personalíssimo, viu, esse
115 colar de tecido.

116 **A SRª. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio
117 Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - Marina,
118 só para esclarecer que o discurso do Herman foi transcrito e está disponível para todo
119 mundo na página da última reunião do CONAMA. Então, a gente já publicou a transcrição.

120 Bom, então, eu vou passar a... Bom, primeiro, bom dia a todos e a todas. Queria
121 agradecer também a presença de vocês. E vou passar a leitura dos novos conselheiros
122 que estão tomando posse nesta reunião. Pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nós
123 temos o Pedro Alves Correa Neto como titular. Pelo Ministério da Cultura, o Herbert
124 Moura Rego como titular. Pelo Ministério da Defesa, Diogo de Moura Figueiredo,
125 suplente. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, o Bruno Renato Nascimento
126 Teixeira como suplente. Pelo Ministério das Mulheres, nós temos a Maria Jocileide Aguiar
127 como titular e a Sara Deolinda Cardoso Pimenta como suplente. Pelo Ministério do
128 Planejamento e Orçamento, a Leany Barreiro de Sousa Lemos como titular e o José
129 Eduardo Gonçalves como suplente. Pela Secretaria-Geral da Presidência da República,
130 o Flávio Camargo Schuch como titular e pelo Comando da Marinha, Romivaldo Silva
131 Vasques como suplente. Pelos Governos Estaduais, pelo Governo do Estado da Paraíba,
132 a Isis Rafaela Rodrigues da Silva como titular e como suplente, o Marcelo Antônio
133 Carreira Cavalcante de Albuquerque. Pelas entidades de trabalhadores e da sociedade
134 civil, como representante da comunidade indígena, Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá
135 como titular. E entre os conselheiros convidados sem direito a voto, temos o Ministério
136 Público Federal, a Fátima Aparecida de Sousa Borghi como titular o Zani Cajueiro Tobias
137 de Sousa como suplente. Pelos Ministérios Públicos Estaduais, o José Godofredo Pires
138 dos Santos como titular a Annelise Monteiro Stengleder como suplente. E pela Comissão
139 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, temos o
140 Evaldo Pinto como titular e o Maurício Schneider como suplente. Estes são os nossos
141 novos conselheiros.

142 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
143 bem, bem-vindos, bem-vindos aos novos conselheiros. Uma salva de palmas para os
144 nossos novos conselheiros que vão abrilhantar o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
145 Muito obrigado pela disposição e pela indicação de vocês. Parabéns. Partimos agora
146 para o terceiro dia de pauta, a aprovação da transcrição Ipsis Verbes da 138ª Reunião
147 Ordinária do CONAMA. Marcela, por favor, você pode proceder com o processo.

148 **A SRª. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
149 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - Nós

150 publicamos a transcrição da última reunião no site do CONAMA. Ela está aqui para quem
151 quiser consultar. Então, acho que podemos submeter ao plenário a aprovação.

152 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -**
153 Considerando que todos os conselheiros tiveram acesso, está disponível no site,
154 pergunto se alguém contrário, aqueles que forem favoráveis, fiquem como estão. Alguém
155 que tiver alguma objeção, alguma correção, algum ajuste que considerar necessário, que
156 se manifeste, por favor. Aprovado a ata da reunião da 138ª Reunião Ordinária do
157 CONAMA. Muito obrigado. Passamos agora ao item 4. Item 4, Tribuna Livre. Como é de
158 praxe, nós temos 15 minutos, divididos entre os inscritos no começo da reunião,
159 garantindo-se a oportunidade de manifestação para todos os segmentos. Marcela, você
160 pode proceder, por favor.

161 **A SR^{aa}. A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional**
162 **do Meio Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)**
163 -Nós tivemos três segmentos inscritos e cinco conselheiros, sendo dois da Sociedade
164 Civil e dois dos municípios. Como os outros setores não se inscreveram, vamos conceder
165 a palavra a esses cinco conselheiros. Para iniciar, a Muriel e a Daniela Pérez, pela
166 Sociedade Civil. Três minutos.

167 **A SR^a. DANIELA JERES -** Bom dia a todos e todas Bom dia a todos e todas. Em nome
168 da Sociedade Civil, nós gostaríamos de levantar aqui alguns pontos para reflexão
169 coletiva. Primeiro, queremos congratular o Governo Federal, muito especialmente o
170 Ministério do Meio Ambiente, pelos dados de combate ao desmatamento na Amazônia.
171 Sabemos que são resultados de um esforço muito grande nos instrumentos de comando
172 e controle, e que o Ministério do Meio Ambiente já está trabalhando nas agendas positivas
173 de incentivo e promoção do uso sustentável do bioma. Vimos com grande preocupação
174 o aumento do desmatamento no Cerrado. Esperamos ansiosamente que o seu plano de
175 prevenção e combate ao desmatamento, envolvendo todos os setores aqui presentes,
176 seja aprovado e comece a ter bons resultados. Em verdade, esperamos que em breve o
177 Brasil possa ter, com orgulho, planos de combate ao desmatamento para todos os seus
178 biomas, tornando-se um país líder na promoção da sustentabilidade. Também queremos
179 saudar a iniciativa recente da Cúpula da Amazônia e de toda a movimentação da

180 sociedade civil que aconteceu à sua volta. Entendemos que houve uma verdadeira
181 celebração da participação social e demonstração de força dos que entendem que a
182 Amazônia como central na sobrevivência do nosso planeta. Ressaltamos a importância
183 do governo brasileiro assumir e aprofundar as pautas trazidas pela sociedade civil. Nas
184 posições, dentro da organização do Tratado de Cooperação Amazônica, saudamos a
185 iniciativa de se buscar uma posição comum com outros países detentores de grandes
186 florestas, como a Indonésia, o Congo, o Congo Brasil, e saudamos também a inclusão
187 na declaração do reconhecimento do ponto de não retorno.

188 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA) -**

189 Queremos aqui chamar a atenção para um assunto que ficou de fora da declaração oficial
190 da Cúpula, o uso de combustíveis fósseis. É fato sabido que, se continuarmos a utilizá-
191 los nos mesmos níveis de hoje, ou mesmo nos níveis de 30 anos atrás, mesmo que
192 tenhamos um sucesso mundial no combate ao desmatamento, as florestas serão levadas
193 a ponto de não retorno devido à concentração de gases de efeito estufa na atmosfera.
194 Assim, pedimos urgência na transição energética e o fim das pesquisas de novos poços
195 para exploração de combustíveis fósseis. Temos um alerta a trazer para este Conselho,
196 que inclusive foi levado na forma de uma moção à Câmara Técnica de Biodiversidade,
197 mas que não foi colocada para aprovação. Recentemente, o IBAMA apreendeu em Santa
198 Catarina e São Paulo 2,8 toneladas de barbatana de tubarão que seriam exportadas para
199 a Ásia, configurando como a maior apreensão já registrada no mundo. Os tubarões,
200 animais essenciais ao equilíbrio dos ecossistemas marinhos, estão globalmente
201 ameaçados de extinção, figurando a sobrepesca como a maior causa. As medidas de
202 proteção continuam sendo largamente ignoradas pela frota pesqueira industrial, que se
203 beneficia da deficiência do Serviço de Fiscalização da Atividade. Tendo em vista que o
204 Brasil ainda permite exportação legal de barbatanas, e que esse comércio de grande
205 quantidade de barbatanas de espécies protegidas por lei são irregularmente incluídas,
206 entendemos como fundamental que o Ministério do Meio Ambiente procure agilizar a
207 responsabilização e penalização dos envolvidos no grau máximo admitido pela lei, e que
208 evide esforços necessários para mudança na legislação vigente, visando proibir em
209 definitivo a exportação de barbatanas de tubarão no Brasil. Terminamos aqui saudando
210 o envio ao Congresso para aprovação do Acordo de Escazú, e saudamos também a

211 Marcha das Margaridas, cujas pautas, tanto Escazú quanto a Marcha das Margaridas,
212 têm uma grande convergência com a pauta ambiental e a proteção dos defensores de
213 direitos humanos, muitos dos quais defensores do meio ambiente. Obrigada.

214 Muito obrigado. Só para fim de registro da transmissão, a primeira oradora foi a Daniela
215 Peres, ah, desculpa, Daniela Jeres, e Muriel Saragoussi, só para fim de transmissão.
216 Pedi a todos que quando forem falar, por favor, iniciarem com o nome e a organização
217 que representam para fim de registro, senão a nossa ata fica prejudicada. Muito obrigado.
218 Marcela, na sequência? Eu vou pedir depois, após a tribuna livre, que o Ibama faça um
219 pequeno informe sobre a questão do combate à pesca ilegal do tubarão.

220 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
221 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA) - O**
222 próximo é o Antônio Marcos Barreto, vice-presidente nacional da ANAMA.

223 **O SR. ANTÔNIO MARCOS BARRETO (VICE-PRESIDENTE NACIONAL DA ANAMA)**
224 - Bom dia a todos e todas. Meu nome é Antônio Marcos Barreto, sou vice-presidente
225 nacional da ANAMA e secretário de meio ambiente de Itaguaí, no Rio de Janeiro,
226 município de Itaguaí, no Rio de Janeiro. Quero fazer aqui uma saudação à mesa, ao
227 nosso mestre Capobianco, Rodrigo do Ibama, Marcela do SISNAMA. Muito feliz pela
228 importância, diríamos assim, da recomposição desse colegiado, porque entendemos que
229 esse é o conselho que de fato pode difundir políticas públicas importantes para o nosso
230 país, e os municípios são muito importantes nisso e precisam ser protagonistas em todo
231 esse processo. Porque até mesmo antes de sermos brasileiros, morarmos nesse país
232 maravilhoso, em nossos estados, residimos nos municípios e é lá que se encontram os
233 impactos e é lá que podem também se encontrar as soluções para o desenvolvimento de
234 uma política de sustentabilidade, como falou muito bem aqui a nossa ministra Marina
235 Silva. Estou muito feliz, quero agradecer ao meu presidente nacional, Marçal Cavalcante,
236 pela oportunidade de vir representar a ANAMA aqui nessa fala, e digo a vocês que
237 precisamos entender e difundir, desenvolver essas prioridades para que possamos ter
238 de fato uma qualidade na gestão pública ambiental brasileira, pensando na prioridade
239 desses impactos e dessas soluções em nossos territórios. E nessas prioridades
240 precisamos pensar em algo que está sendo discutido de maneira muito intensa no nosso

241 país. Estamos discutindo agora os financiamentos da gestão pública ambiental, e a
242 gestão pública ambiental municipal é muito importante nesse contexto, agora em
243 discussão, o financiamento dessa gestão. Então né temos aí agora uma discussão muito
244 importante sobre o ICMS verde, que praticamente vai se extinguir após essa revolução
245 tributária. Então nós precisamos imaginar, precisamos criar, precisamos pensar, debater.
246 Ontem foi muito importante, levantaram essa questão na comissão Tripartite, e o nosso
247 secretário executivo, Capobianco, logo sugeriu a criação de uma comissão entre o
248 município, o Estado, e a Secretaria Especial do Ministério para começar a conversar
249 sobre isso. E precisamos pensar nisso com muita prioridade, porque o ICMS verde, o
250 ICMS ecológico em alguns estados, hoje é uma fonte de financiamento muito importante
251 em 18 estados brasileiros, com uma arrecadação média em torno de 1 bi por ano para a
252 gestão pública ambiental municipal. Precisamos pensar de desenvolver criatividade,
253 como, por exemplo, sistemas de compensações ambientais pelo licenciamento
254 municipal. Já que o município passa a ser competente pelo licenciamento, também tem
255 que ser competente para arrecadar, para investir na gestão do seu território. Bem, por
256 fim, fica aqui. Pois não, já. Por fim, quero, mais uma vez aqui, sugerir que possamos
257 trazer esse debate à tona, porque, de fato, sem a gestão pública ambiental municipal de
258 qualidade, jamais vamos atingir uma gestão pública brasileira de qualidade. Quero passar
259 aqui a palavra rapidamente ao nosso presidente da ANAMA São Paulo, Rogério, aqui o
260 nosso querido Rogério Menezes, que é secretário do Verde Campinas. Gente, muito
261 obrigado e fico muito feliz por ter participado. Capobianco, vamos em frente.

262 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) - Obrigado.**

263 **O SR. ANTÔNIO MARCOS BARRETO (VICE- PRESIDENTE NACIONAL DA ANAMA)**
264 - Vai, planeta!

265 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -** Nós
266 vamos abrir uma exceção de 30 segundos para o Rogério, porque o tempo já esgotou,
267 mas, dada a presença de um cidadão tão relevante na luta pelo meio ambiente nos
268 municípios, 30 segundos, por favor, Rogério.

269 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO – TITULAR (Representante Da Região**
270 **Sudeste)** - Já que eu tenho 30 segundos, cumprimentar a todos da mesa na pessoa do
271 Capobianco, cumprimentar a todos aqui da plateia em nome do presidente nacional da
272 ANAMA, Marçal, e dizer que, primeira coisa, saudar a volta da tripartite, mobilização,
273 encontro na esfera federal, estados e municípios para discutir proximamente a gestão
274 ambiental, que isso se reproduza, a reativação desse diálogo aberto em todos os estados,
275 através dos órgãos estaduais de meio ambiente, que a ABEMA pode nos ajudar muito
276 nisso, para que esse diálogo seja constante para fortalecimento do Sistema Nacional de
277 Meio Ambiente, SISNAMA. Quando a gente fala em SISNAMA, nós temos que lembrar
278 da Lei da Política Nacional de Meio Ambiente. E a perna frágil ainda desse sistema, desse
279 tripé, estados, municípios e união, são os municípios. Já que estávamos falando em
280 financiamento aqui, Capobianco, os municípios brasileiros têm 0,15%, 0,18%, 0,36%,
281 poucos têm acima de 0,5 % de orçamentos municipais destinados aos seus órgãos
282 gestores municipais. Chegou a hora da gente de liderar aqui no CONAMA, com o
283 Ministério à frente, um plano nacional, ações concatenadas para a plena implementação
284 do Sistema Nacional de Meio Ambiente, para que os municípios consigam dirimir
285 conflitos, acertar o financiamento, para que possamos avançar. Fechando os meus 30
286 segundos, que já viraram um minuto, o Fórum Brasil de Gestão Ambiental, que foi, em
287 função da pandemia, realizado apenas virtualmente em 2021, está de volta. É a quarta
288 edição, a primeira, 8 mil pessoas, a segunda, 12 mil pessoas, a quarta, 8 mil pessoas
289 virtualmente. Agora, anotem, por favor, vocês todos são muito bem-vindos e bem-vindas.
290 Dias 22, 23 e 24 de novembro, centro de convenções em Serra Negra, São Paulo. Todos
291 que trabalham, 26 entidades envolvidas, todos que trabalham com a gestão ambiental
292 brasileira, trabalhando com a retomada. Tenho certeza que vamos ter a presença, se
293 possível, da nossa ministra Marina Silva. Também saudar aqui o presidente do IBAMA,
294 que também já esteve no Fórum Brasil, não é, Rodrigo? Já esteve nas edições do Fórum
295 Brasil, que possa estar de novo com a gente. Forte abraço a todos, muito obrigado.

296 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Obrigado,
297 Rogério.

298 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
299 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA) - Chamar**
300 **a Suliete Baré, do Ministério dos Povos Indígenas.**

301 **A SR^a. SULIETE GERVASIO MONTEIRO – SUPLENTE (Ministério dos Povos**
302 **Indígenas) - Bom dia, bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar a mesa em nome do**
303 **João Paulo Capobianco e em nome do Ministério dos Povos Indígenas. Gostaria de trazer**
304 **um dado recentemente, que foi lançado pelo IBGE lá em Belém, na cúpula da Amazônia,**
305 **que os povos indígenas agora, nós somos aproximadamente 1,7 milhão de indígenas em**
306 **todo o território nacional. E trazer também acho que é mais para um diálogo e reflexão**
307 **para os presentes, principalmente os representantes dos estados, governos e municípios,**
308 **que em todo o território nacional tem povos indígenas. E quando for pensar em trabalhar**
309 **a questão do meio ambiente, pensar em povos, não somente povos indígenas, mas em**
310 **comunidades tradicionais, e os quilombolas. E, pegando uma fala da ministra Sonia**
311 **Guajajara, quando se trata de agenda ambiental, agenda climática, não pode deixar de**
312 **pensar em povos indígenas e comunidades tradicionais, pois essas pautas, elas são uma**
313 **só. Na abertura da reunião, na 38^a, eu estive presente, e eu falei que a pauta, quando**
314 **falamos na questão territorial, para os povos indígenas, nós temos essa questão territorial**
315 **de uma forma diferente, de uma visão diferente. Os nossos conhecimentos, eles são**
316 **milenarios. Então, pensar em meio ambiente, e, quando pensar em território, pensar**
317 **também em saúde e educação, pois, para nós, povos indígenas, a forma de pensar o**
318 **território também é trabalhada no sentido, com respeito ao território, a natureza, o meio**
319 **ambiente, os rios e as florestas, pensar com empatia aos povos indígenas. Nós estamos**
320 **presentes em todos os territórios nacionais, e, quando for tratar sobre questão ambiental,**
321 **pensar nos povos e comunidades tradicionais. E, também, nós, povos indígenas, temos**
322 **muito a contribuir com os estados, os municípios, e também a União, trazendo o nosso**
323 **modo de ver, o nosso modo de pensar, o nosso bem viver, e o nosso viver bem, para**
324 **contribuir com o estado. Obrigada.**

325 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
326 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA) - A**

327 próxima pessoa é a Mauren, que pediu para falar pelos estados. Mauren, presidente da
328 ABEMA.

329 **A SR^a. MAUREN LAZZARETE (SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE**
330 **MATO GROSSO E PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ÓRGÃOS**
331 **ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE ABEMA) –** Bom dia a todos.

332 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -** Mauren,
333 iniciei com o seu nome completo e o cargo é só para registro.

334 **A SR^a. MAUREN LAZZARETE (Secretária De Meio Ambiente Do Estado De Mato**
335 **Grosso E Presidente Da Associação Brasileira Dos Órgãos Estaduais De Meio**
336 **Ambiente ABEMA) -**

337 Mauren Lazzarete, secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso e presidente
338 da Associação Brasileira dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, a ABEMA. Bom dia a
339 todos. Eu cumprimento a mesa em nome do secretário Capobianco e inicio a minha fala
340 registrando a alegria dos representantes dos governos estaduais com os trabalhos que
341 nós temos vivenciado por parte de todas as estruturas do CONAMA. Nós tivemos
342 inúmeras reuniões que foram extremamente produtivas e isso traz, por parte dos
343 governos estaduais, uma expectativa muito positiva de que nós tenhamos uma agenda
344 bastante profícua e produtiva para aqueles que executam as políticas públicas. Na fala
345 da nossa Ministra, ela registrou com muita ênfase, inclusive na reunião que tivemos
346 ontem da Tripartite, a importância do fortalecimento do SISNAMA, dos órgãos estaduais,
347 municipais, e dessa cooperação e atuação suplementar, registrando entre todos os entes,
348 para que possamos dar o resultado que a sociedade espera, já que temos uma dimensão
349 territorial que impõe um desafio adicional à nossa atuação. E os resultados somente
350 conseguirão chegar ao cidadão se nós conseguirmos atuar de forma suplementar e
351 cooperativa, e isso é extremamente importante para os governos estaduais. Então,
352 reiteramos, primeiro, a absoluta cooperação por parte das Secretarias de Estado de Meio
353 Ambiente e todas as estruturas dos governos estaduais. Eu faço um registro muito rápido.
354 A ABEMA é composta por 48 entidades estaduais de meio ambiente, 26 secretarias e 22
355 autarquias e fundações, todas organizadas. E dentro da nossa estrutura, é importante

356 ver como ela converge com as ações prioritárias elencadas pelo governo federal, entre
357 elas o combate ao desmatamento, e aí reitero as palavras da ministra e a atuação do
358 secretário André Lima, porque temos, de forma muito intensa, cooperado com a
359 construção de soluções e uma atuação integrada com o IBAMA nos estados para que
360 possamos dar uma resposta rápida ao combate ao desmatamento. Não apenas na
361 Amazônia, mas uma atuação juntamente com o Cerrado. E no âmbito da ABEMA, nós
362 temos uma organização interna que congrega esforço de todos os estados que compõem
363 os biomas. Temos coordenação por biomas e já nos colocamos à disposição para criar
364 instrumentos de combate ao desmatamento e também de insumos para o
365 desenvolvimento sustentável de todos os biomas. Nós estamos organizados para
366 cooperar com o ministério e com a sociedade civil e todos aqueles que, de algum modo,
367 se comprometem com essa atuação que visa o desenvolvimento sustentável. Para nós,
368 além do combate da ilegalidade, o último ponto que é muito importante é a eficiência da
369 atuação dos governos estaduais e da agenda ambiental. Todos os estados têm
370 concentrado esforços em melhorar a sua eficiência no licenciamento ambiental, na
371 regularização dos imóveis rurais por meio do CAR, mas também na sua agenda de
372 conservação dos recursos naturais. A ABEMA criou câmaras técnicas permanentes de
373 mudança climática, de regularização ambiental no CAR e de biodiversidade. Todas essas
374 estruturas para somar esforços com a sociedade civil, com o setor produtivo e com os
375 governos federais e municipais para que possamos encontrar os resultados melhores
376 que o Brasil e nossa sociedade precisam. Muito obrigada pelo espaço.

377 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
378 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA) -** Por fim,
379 tem o César Vitor, da FUNATURA.

380 **O SR. CESAR VITOR (Fundação Pro Natureza, da Rede Cerrado) -** Bom dia a todos e
381 todas. Eu sou César Vitor, de Espírito Santo, da Fundação Pro Natureza, da Rede
382 Cerrado, representando aqui a região centro-oeste. Muito breve, é apenas para... A Rede
383 Cerrado estará realizando, entre os dias 13 e 16 de setembro, o 10º Encontro dos Povos
384 do Cerrado, vai ser aqui em Brasília. E esse encontro é muito importante e representativo
385 para nós que atuamos no Cerrado. Lembro que, em 2003, no 3º Encontro dos Povos que

386 aconteceu em Goiânia, podíamos discutir a criação de um grupo de trabalho criado pela
387 ministra Marina Silva, para trabalhar um plano para o Cerrado, porque, até aquele
388 momento, não existia. E agora, 20 anos depois, estamos vendo a necessidade, e o
389 governo já está se movimentando, para que haja uma segunda etapa do PP Cerrado.
390 Nós achamos extremamente importante esse momento, e que a vocês todos, do
391 Ministério, especialmente a ministra Marina Silva, muito benquista pelos povos do
392 Cerrado, gostaríamos de reforçar esse convite, desse evento que vai ser aqui em Brasília,
393 e também a todos os senhores. Estou vendo aqui o secretário de Meio Ambiente do
394 Distrito Federal, que está conosco também, apoiando esse evento, e gostaríamos de
395 ressaltar a importância da participação de todos os secretários de estado que atuam no
396 Cerrado. A ideia é estar discutindo política para reverter esse grave quadro de
397 desmatamento, de avanço do desmatamento no Cerrado, que está muito sério.
398 Precisamos ter umas políticas públicas, no sentido de reverter esse processo, porque
399 está havendo realmente muito impacto na questão da biodiversidade, na questão dos
400 recursos hídricos, dos territórios dos povos indígenas, comunidades tradicionais,
401 quilombolas, enfim, nas unidades de conservação. Então, precisamos urgentemente
402 trabalhar nessa linha aí para reverter esse quadro, e esse momento do encontro dos
403 povos vai ser muito importante para isso, e gostaríamos de contar com a presença de
404 todos. Muito obrigado Capô. É isso aí.

405 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
406 obrigado César. Encerramos? Encerramos. Eu vou pedir para o Rodrigo Agostinho fazer
407 um breve informe sobre a questão da peça do tubarão, preocupação trazida pela
408 conselheira Muriel Saragoussi. Por favor.

409 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PRESIDENTE DO IBAMA)** - Bem, rapidamente. O
410 Ibama realizou recentemente diversas apreensões de barbatanas de tubarão, algo em
411 torno de pouco mais de 30 toneladas. O Brasil é um dos 10 países que mais pesca
412 tubarão no mundo. A gente tem um consumo interno de 45 mil toneladas. Isso é um dado
413 um pouco impreciso, porque faltam dados sobre pesca oceânica no Brasil, mas os dados
414 são em torno de 45 mil toneladas. Mais ou menos 5% de um tubarão é o que corresponde
415 às barbatanas. Então, existia uma prática, que é muito comum em outros países, mas

416 que é proibida no Brasil, que é a prática do finning, que é você tirar o tubarão da água,
417 cortar as barbatanas e devolver ele vivo para o mar. Essa é uma prática que é proibida
418 no Brasil, proibida em muitos países, mas é muito comum, porque um quilo de barbatana
419 está avaliado hoje no mercado internacional a 50 dólares, enquanto que um quilo de
420 carne de tubarão, que é vendida no Brasil como cação, é menos de um dólar. Do ponto
421 de vista econômico, muitos navios não querem trazer a carne do tubarão para a costa,
422 preferem trazer só as barbatanas, que é onde tem o maior valor agregado. Nós temos
423 hoje, no mundo, um terço das espécies de elasmobrânquios, que são os tubarões e
424 arraias oceânicas, como ameaçados de extinção. No Brasil, somos mais de 50%. A
425 estimativa da UCN é que nós já perdemos, no Atlântico Sul, 90 % dos estoques de
426 tubarões e outras arraias oceânicas. Temos uma crise de biodiversidade nesse caso
427 específica. Obviamente, tem um processo administrativo, esse material que foi
428 apreendido, tudo isso está sendo avaliado, mas temos a seguinte situação. A prática do
429 finning é proibida. A pesca de tubarão não é proibida. Isso precisa ser deixado claro. O
430 que é proibido é você pescar o tubarão, tirar as barbatanas e devolver ele vivo para o
431 mar. O que é proibido também no Brasil é a chamada pesca dirigida. Esse é um dos
432 principais pontos dessa apreensão. É quando os barcos de pesca vão a busca
433 exclusivamente daquele tipo de pesca. Por que isso é proibido? Por conta de ser seletivo,
434 eu só vou pescar tubarão, você acaba tendo uma pressão maior sobre uma determinada
435 espécie, enquanto você poderia estar trabalhando toda a biodiversidade do oceano. Um
436 dos motivos da ilegalidade dessa pesca é a pesca dirigida. Um outro ponto importante, e
437 acho que tivemos uma vitória muito importante já no governo de transição, foi que
438 voltamos a trabalhar a questão da pesca de forma compartilhada com o Ministério da
439 Pesca. O Ministério da Pesca trabalhando a produção e o Ministério do Meio Ambiente
440 trabalhando as questões de sustentabilidade. Essa integração é muito importante. É
441 muito importante que trabalhemos esse tipo de informação. Uns outros pontos
442 importantes, que foi motivo também da apreensão dessas barbatanas, é que foi
443 detectado o lançamento, pelos instrumentos de bordo, o lançamento dos petrechos de
444 pesca durante o dia. Nesse tipo de pesca, quando os petrechos são lançados durante o
445 dia, nós temos também a captura incidental de um número muito grande de aves
446 marinhas. Nós temos alguns albatrozes, no caso do Brasil, que quase foram extintos,

447 como é o caso do albatroz errante, a Diomedea exulans, que praticamente quase foi
448 extinto por conta de pesca incidental. Esse é o contexto que nós temos, mas apenas para
449 deixar claro. Pesca de tubarão não é proibido. Pesca de tubarão ameaçada de extinção,
450 sim, é proibido. Metade das espécies de tubarão no Brasil estão na lista oficial do ICMBio
451 e na lista nossa oficial. Esse é o contexto que nós temos. Nós fizemos várias apreensões,
452 totalizamos mais de 30 toneladas. Essa barbatana, do ponto de vista interno, acaba
453 sendo descartada para o lixo, porque não tem consumo interno para esse tipo de material.
454 Ela é desidratada e comercializada desidratada. Essa é a situação que nós temos hoje.
455 Obrigado.

456 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Obrigado,
457 Rodrigo. Com relação aos demais pontos, só queria informar dois pontos que foram
458 levantados, muito relevantes aqui, entre todos que foram levantados, evidentemente,
459 mas alguns que já dizem respeito a algumas iniciativas nossas. Uma, em relação ao
460 cerrado, conforme foi dito, estamos a pleno vapor na elaboração do PP Cerrado, e a
461 nossa intenção, César, é que possamos colocar em consulta pública a primeira versão
462 do PP Cerrado durante a semana que comemoramos o Dia Nacional de Cerrado. Então,
463 vai ser um momento importante para que a sociedade possa apresentar as suas
464 sugestões de aprimoramento do PP Cerrado, que a nossa expectativa, se tudo correr
465 bem, é que, no máximo, em outubro, o Presidente da República possa já autorizar a
466 implementação do plano. E, na sequência, vamos entrar em todos os demais biomas.
467 Todos os biomas, conforme foi... Os senhores sabem, houve uma determinação do
468 Presidente da República que haja planos de prevenção e controle do desmatamento de
469 todos os biomas brasileiros. Amazônia já foi feito, Cerrado o próximo, Atlântica, Pantanal
470 e assim por diante. Outra informação também muito importante é que nós solicitamos, e
471 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais já atendeu, e muito em breve nós vamos ter
472 o DT Pantanal. Nós temos o DT Amazônia, temos o DT Cerrado, que tem sido
473 fundamental para perceber o risco que nós estamos impondo ao segundo maior bioma
474 do Brasil, e agora vamos ter, nas próximas semanas, o DT Pantanal, operando também
475 para que a gente possa monitorar o que está ocorrendo naquele bioma. Também, em
476 relação a ICMS Ecológico, eu queria informar, como informei ontem na reunião da
477 Comissão Tripartite, que nós já estivemos com o Ministério da Fazenda. Eu queria

478 informar que o Ministério da Fazenda é absolutamente sensível a esse tema, considera
479 o ICMS Ecológico um instrumento importantíssimo, e nós já estamos trabalhando, e
480 vamos montar aquele grupo de trabalho envolvendo a ANAMA e a ABEMA, para que a
481 gente possa propor uma redação adequada para que a gente recupere os ICMS
482 Ecológicos, que acabou ficando fora na reforma tributária por uma questão de digamos,
483 escorregada na tramitação, digamos assim, mas vamos trabalhar para recuperar. Nós
484 temos agora o início da segunda parte da reunião, com a ordem do dia, encerrada a
485 Tribuna Livre. Eu queria, rapidamente, informar aos senhores conselheiros que o
486 CONAMA, de fato, tem tido uma atividade extremamente intensa. Eu queria agradecer
487 aos conselheiros e conselheiras pela disponibilidade de participação. Como foi dito aqui,
488 nós tivemos ontem a retomada da comissão tripartite, uma reunião extremamente
489 qualificada. Os estados e municípios apresentaram propostas de um plano de trabalho
490 que estão sendo consolidados pela diretoria do CONAMA, e vamos apresentar à Câmara
491 Técnica, mas foram temas extremamente importantes que envolvem a realização das
492 conferências nacionais de meio ambiente, que vão ser retomadas e realizaremos o ano
493 que vem, tanto adulta quanto infanto-juvenil, e vamos fazer isso em articulação com os
494 estados e municípios, evidentemente. Os planos de combate ao desmatamento já foram
495 citados, onde os estados e municípios têm participação fundamental. A gestão
496 colaborativa para as unidades de conservação. Isso é um novo dado importantíssimo.
497 Está aqui a nossa secretária Rita Mesquita, de Biodiversidade, Floresta e Direitos
498 Animais. Inclusive, com uma informação impressionante que eu recebi, secretária Rita,
499 de que nós temos, até me esqueci um número agora, fiquei tão impressionado, a
500 quantidade de unidades de conservação municipais que estão fora do Cadastro Nacional
501 de Unidades de Conservação. Ou seja, o esforço enorme que os municípios têm feito de
502 avançar na conservação in situ criando unidades de conservação, está fora do nosso
503 mapa. Nós precisamos urgentemente colocar no mapa para mostrar que o esforço não é
504 só do governo federal, dos governos estaduais, mas também dos governos municipais e
505 também da sociedade, porque o número de RPPNs, Reservas Particulares de Patrimônio
506 Natural, que tem crescido exponencialmente no Brasil. Então, esses números são muito
507 importantes. Vamos trabalhar junto, via comissão tripartite, para criar as facilidades
508 necessárias para que o Cadastro Nacional seja mais amigável à introdução dessas

509 informações. E também, discutimos ontem, iniciamos uma discussão sobre algo
510 absolutamente fundamental que diz respeito à extinção dos lixões e à implantação da
511 logística reversa e reciclagem no Brasil de forma acelerada. Os senhores aqui, que são
512 responsáveis pela gestão municipal e estadual, estão aí com uma espada de Damocles
513 nas costas, porque a lei prevê que até o ano que vem, em 2024, sejam fechados todos
514 os lixões do Brasil. Nós sabemos do que isso significa e, certamente, será necessário
515 discutir esse prazo, mas a nossa proposta, apresentada na tripartite e foi considerada
516 adequada por todos, é de que nós só vamos discutir ajustes de data com um plano bem
517 estruturado, apresentado, que possa garantir que eventual adiamento seja para resolver
518 o problema e não para empurrar com a barriga, mais uma vez, a urgente necessidade de
519 encerrar com os danosos lixões a céu aberto. Bom, reunimos, tivemos duas reuniões do
520 já do CIPAM, tivemos reuniões da implantação e início de trabalho da Câmara de Justiça
521 Climática, tivemos três reuniões das câmaras técnicas já atuando, ou seja, um conjunto
522 enorme, eu não vou ler todas as ações empreendidas, mas, realmente, o CONAMA está
523 muito atuante e, mais uma vez, agradecemos e parabenizamos conselheiras e
524 conselheiros que estão garantindo que isso se dê com eficiência. Então, entrando agora
525 na hora do dia, nós temos quatro itens na pauta. O primeiro item é a ratificação pelo
526 plenário dos nomes indicados pelo Ministério do Ambiente e Mudança do Clima para a
527 presidência das câmaras técnicas nos termos do artigo 31 do Regimento Interno.
528 Segundo item de pauta é o processo cujo número está na tela, que diz respeito a uma
529 resolução CONAMA envolvendo o Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, o
530 CNEA. Terceiro item é o processo cujo número também está na tela, o item 5.3, que é a
531 proposta de resolução CONAMA para a caracterização de tipologias e estágios
532 sucessionais do bioma Mata Atlântica para o estado de Goiás. Lembrando que essa é
533 uma iniciativa fundamental, porque Goiás é o único estado do domínio da Mata Atlântica
534 que ainda não tem resolução específica para caracterizar as tipologias e estágios
535 sucessionais. Todos os demais estados do bioma já possuem essa resolução há muito
536 tempo e esses indicadores mensuráveis, inclusive, são essenciais para as ações de
537 licenciamento e fiscalização. E, finalmente, o item 5.4, que é o processo cujo número está
538 na tela, que trata da proposta de alteração do Regimento Interno elaborado pelo Grupo
539 Assessor de Revisão do Regimento Interno. Lembrando, no item 5.3, que a proposta de

540 resolução é encaminhada ao plenário pela Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas
541 Protegidas, Florestas e Educação Ambiental. Esses são os quatro itens de pauta que
542 temos a seguir. Eu gostaria de informar ao plenário que recebemos aqui um pedido de
543 regime de urgência, que foi encaminhado à mesa nesse momento, assinado por 1, 2, 3,
544 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 conselheiros do CONAMA, com o seguinte teor.
545 Considerando que o atual Regimento Interno do Conselho Nacional do Meio Ambiente,
546 publicado pela Portaria 630, de 2019, encontra-se em contradição com o Decreto 11.417,
547 de 2023, colocando a atuação do Conselho em situação de insegurança jurídica.
548 Considerando que o Grupo Assessor de Revisão do Regimento Interno realizou um
549 excelente trabalho de diálogo e construção de consensos entre todos os setores
550 representados no Conselho, com o objetivo de já garantir a possibilidade de análise e
551 deliberação da matéria pelo plenário nesta centésima trigésima nona reunião ordinária.
552 Considerando o caráter relevante do tema e a necessidade de manifestação urgente do
553 Conselho, considerando que o Grupo Assessor se manterá ativo, dando continuidade à
554 discussão de novos aprimoramentos no Regimento Interno, nós, conselheiros abaixo
555 assinados, requeremos a análise e deliberação da proposta de Regimento Interno
556 apresentada pelo Grupo Assessor em regime de urgência. Isso implica em uma inversão
557 da pauta, isso é correto, Marcela?

558 **A SR^a. MARCELA MORAES (DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO**
559 **NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA E AO SISTEMA NACIONAL DO MEIO**
560 **AMBIENTE – SISNAMA)** - Sim, na verdade, ele se tornaria o segundo ponto de pauta.
561 Porque o primeiro também está em regime de urgência, que seria o CNEA.

562 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Então
563 seria o terceiro ponto de pauta, na realidade.

564 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
565 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - Isso,
566 exatamente.

567 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Bom, eu
568 submeto a decisão do Conselho, aqueles conselheiros que forem contrários a que nós

569 façamos esse ajuste na pauta de hoje, a fim de atender esse pedido de regime de
570 urgência, que se manifestem, por favor. E não havendo manifestação, foi acolhido o
571 pedido de regime de urgência e esse item, então, mudaremos o número para 5 .3, a
572 avaliação, a apreciação da proposta de alteração do Regimento Interno. Muito bem,
573 vamos então dar início ao primeiro item, ratificação apropriada dos nomes indicados pelo
574 Ministério do Ambiente e Mudança do Clima para a presidência das Câmaras Técnicas.
575 Por favor, Marcela.

576 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
577 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA) -** São
578 três as Câmaras Técnicas atualmente em vigência. A Câmara Técnica de Justiça
579 Climática tem a Ana Toni, secretária nacional de Mudança do Clima, como presidente. A
580 Câmara Técnica de Biodiversidade, Florestas, Áreas Protegidas e Educação Ambiental,
581 a Rita de Caça Mesquita, secretária nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos
582 Animais. E a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e Gestão Territorial têm
583 o Adalberto Maluf, secretário nacional de Meio Ambiente, Urbano e Qualidade Ambiental,
584 como presidente.

585 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -** Muito bem,
586 senhoras e senhores conselheiros, os nomes foram listados. Há alguma observação,
587 algum questionamento? Peço que os conselheiros que concordam e ratificam os nomes
588 permaneçam como estão. Aqueles que tiverem qualquer observação a fazer, que se
589 manifestem, por favor. Bom, e não havendo nenhuma manifestação, estão ratificados
590 pelo plenário da 139ª Reunião Ordinária do CONAMA os nomes indicados pelo Ministério
591 do Meio Ambiente e Mudança do Clima para a presidência das Câmaras Técnicas,
592 conforme previsto no artigo 31 do Regimento Interno. Muito obrigado. Nesse ritmo,
593 acabamos antes do almoço. Eu não sei se os conselheiros estão com pressa ou se o
594 consenso realmente está imperando nesse plenário maravilhoso. Muito obrigado
595 senhoras e senhores. Vamos agora ao item 5.2, Proposta de Resolução CONAMA do
596 Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, que foi encaminhado pela reunião
597 anterior do CONAMA, do plenário ordinário do CONAMA. E peço que, então, a diretora
598 Marcela dê os encaminhamentos necessários.

599 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
600 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - A gente
601 vai ter uma apresentação pelo Rafael Giovanelli, da WWF Brasil, sobre a proposta de
602 resolução.

603 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Enquanto
604 iniciamos, pedir que o nosso chefe da consultoria jurídica, por favor, tome lugar à mesa
605 para esclarecimentos que sejam necessários. Por favor, Daniel.

606 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
607 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - Rafael,
608 são 15 minutos.

609 **O SR. RAFAEL GANDUR GIOVANELLI – TITULAR (Fundo Mundial Para Natureza-**
610 **wwf Brasil)** - Bom dia a todas e todos. Secretário Capobianco, na sua pessoa, gostaria
611 de saudar os conselheiros e as conselheiras dos cinco setores que são representados
612 aqui no CONAMA. E queria dizer que a matéria que está em deliberação hoje não deve
613 causar grande polêmica, é um assunto simples, que diz respeito à representação da
614 sociedade civil aqui no Conselho. E a gente espera que a proposta que a gente está
615 fazendo aqui, a proposta da sociedade civil, que ela traga tranquilidade ao plenário,
616 porque, no fundo, o que a gente está propondo é a retomada de um regimento que
617 vigorou por duas décadas. Décadas, desde 2002, sem apresentar maiores problemas.
618 Conselheiro Marçal, a nossa proposta, ela busca restaurar a resolução de 89 e de 2002
619 e revogar a resolução de 2021, a 502 de 2021, retomando assim a governança do
620 cadastro das entidades ambientalistas, o CNEA. Bom, só para trazer um pouquinho do
621 contexto da história aqui, o CNEA, ele foi criado justamente pela resolução 6, de 1989,
622 para servir como uma base para identificar as organizações ambientalistas e viabilizar o
623 processo eleitoral, o processo democrático aqui no CONAMA. Na mesma reunião, em
624 89, que o CONAMA aprovou essa resolução, o 06, ele também aprovou a primeira
625 reforma no regimento que viabilizava a eleição das entidades ambientalistas. Então, o
626 CNEA e a democracia e as eleições do CONAMA são dois conceitos, duas instituições
627 indissociáveis. Em 2002, a resolução 292, que nós também queremos restaurar, ela
628 deixou isso ainda mais claro. No artigo 3º, ela previu expressamente que somente as

629 entidades cadastradas poderiam participar do processo eleitoral, e ela definiu regras mais
630 específicas de cadastramento, recadastramento, descadastramento, e criou a comissão
631 permanente do CNEA, que era formada por seis entidades titulares e seis suplentes, o
632 que é praticamente todas as entidades ambientalistas. Muito bem, conselheira Andréa,
633 com as resoluções que nós queremos restaurar, o cadastro nacional, ele se constitui
634 como um instrumento para viabilizar a participação na política ambiental, da forma como
635 sempre existiu e com um sistema de governança que sempre funcionou muito bem, ao
636 longo de duas décadas. Em 2021, essas regras, esse modelo de funcionamento foi
637 alterado pela resolução 502, que nós queremos revogar, e por que foi alterado? Para
638 adaptar o cadastro ao que era, então, a nova estrutura do CONAMA, um colegiado que
639 só tinha quatro entidades ambientalistas, então, menos do que o necessário, inclusive,
640 para instaurar a comissão do CNEA, e em que não havia mais eleição, o método de
641 escolha das entidades era o sorteio. Agora, em 2023, com a retomada dos trabalhos do
642 CONAMA e com o retorno da estrutura do colegiado, que vigorou nas décadas passadas,
643 que estrutura é essa? Que inclui um número maior de entidades ambientalistas, mais de
644 uma dezena, e que tem também as eleições e não o sorteio como método de escolha.
645 Nessa estrutura é importante a gente restaurar o cadastro da forma como ele sempre
646 vigorou neste século, vejam só, neste século. Então, a consultoria jurídica do Ministério
647 do Meio Ambiente e Mudança do Clima já opinou pela admissibilidade da proposta e pela
648 dispensa da análise de impacto regulatório, artigo 4º, inciso 4º do decreto 10.411, e
649 comparando as resoluções que a gente quer repristinar, restaurar e a resolução que a
650 gente quer revogar, a gente identificou 20 dispositivos que têm algum grau de diferença.
651 A gente preparou uma tabela aí, acabamos de distribuir para os senhores, se alguém não
652 recebeu pode pegar com a conselheira Muriel, e está também na justificativa que a gente
653 apresentou com antecedência essa resolução, para todos terem muita clareza do que a
654 gente está discutindo aqui. Agora, congregando, agrupando esses 20 pontos, para ser
655 um pouco mais objetivo na exposição, nós temos oito questões que são diferentes de um
656 regime para o outro. O primeiro diz respeito justamente a essa natureza democrática e
657 eleitoral do cadastro. Então a resolução de 502, ela revogou o artigo que estabelecia
658 expressamente os direitos políticos das entidades ambientalistas que se registrassem no
659 Kinea, especialmente o direito de votar e concorrer para as eleições. Essa previsão está

660 prevista no decreto de 2023, mas para que haja mais segurança jurídica, a gente entende
661 que a fórmula das resoluções que a gente quer restaurar são mais adequadas.
662 Segurança jurídica em primeiro lugar. O segundo ponto diz respeito com a comissão do
663 CNEA. A resolução 502 que a gente quer revogar, ela transformou a comissão que era
664 permanente numa comissão provisória que existiria a cada ano e precisaria ser recriada
665 a critério exclusivo do Ministério do Meio Ambiente. O status permanente da comissão é
666 mais adequado para o desempenho das atribuições de cadastramento porque precisa de
667 constante atualização. E a provisoriedade da comissão, ela traz muitos ônus, inclusive
668 traz mais trabalho para o DSISNAMA, que precisa cada ano criar um novo ato para recriar
669 a estrutura que precisa ser permanente. Então, do ponto de vista da eficiência
670 administrativa, é uma coisa que não justifica. Então, a fórmula de 2002 é mais adequada
671 pelo ponto de vista da eficiência e por menos burocracia. O terceiro ponto é a alteração
672 na composição da comissão. A resolução de 2021 alterou a composição, que passou a
673 ser formada por quatro entidades e não mais por seis titulares e seis suplentes. As quatro
674 entidades ambientalistas, no formato anterior, equivaliam à totalidade dos representantes
675 do CONAMA e agora não é mais assim, agora a gente tem mais de uma dezena. Então,
676 com essas alterações, um outro ponto, desculpa, estou acelerando aqui, mas preciso
677 explicar mais um ponto. Além disso, a resolução de 502, como quatro eram todas as
678 entidades que participavam do CONAMA, ela não estabeleceu nenhum critério para a
679 seleção de quem participaria dessa comissão, que é uma comissão eleitoral, então é uma
680 comissão superimportante. A resolução anterior não só garantia mais participação na
681 comissão, como ela tinha um critério específico para definir como as entidades
682 ingressariam na comissão. Então a gente entende que a fórmula de 2002 é mais
683 adequada, porque ela tem mais segurança jurídica de como se ingressa na comissão,
684 ela também permite mais participação de todas as entidades que fazem parte do
685 Conselho e, por ser uma comissão que trata de critérios eleitorais, ela precisa ter essa
686 governança mais sólida. Então a gente entende que a fórmula de 2002 é mais adequada.
687 Bom, o quarto ponto é uma alteração no tempo de existência prévio das entidades
688 ambientalistas para o cadastro no CNEA. Antes as entidades precisavam existir por um
689 ano e agora, com a resolução de 2021, elas passam a ter uma existência prévia de dois
690 anos. A gente entende que essa exigência de dois anos é desproporcional e pouco

691 condizente com as regras jurídicas que regem o direito das organizações sociais. Só para
692 dar um exemplo muito breve, há a Lei 7347, de 1985, que é a Lei da Ação Civil Pública,
693 ela exige que as associações estejam constituídas apenas um ano para manejar a ação
694 civil pública. Então, até por um princípio de simetria, é mais adequado o modelo de 2002.
695 O quinto ponto está chegando já aqui ao fim, é o seguinte, a resolução de 2002 alterou
696 os documentos exigidos para o cadastro das entidades ambientalistas, substituindo o que
697 antes era apenas um atestado ou declaração de pleno e regular funcionamento, que
698 poderia ser fornecido por autoridade judiciária ou membro do Ministério Público, a doutora
699 Fátima está aí, ou por três entidades ambientalistas que já estavam previamente
700 cadastradas no CNEA. A resolução atual, ela traz um ônus burocrático muito maior, com
701 declaração de corpo técnico com expertise muito específica, e uma comprovação por
702 meio de atestado técnico, que nem se define muito bem de que forma será feito isso, de
703 experiência em projetos e pesquisas em pelo menos um bioma. Nas nossas
704 considerações, essa mudança documental acaba por limitar demais o perfil das entidades
705 que podem ser registradas e, portanto, limitar a própria participação social no Conselho.
706 Muitas entidades que hoje estão cadastradas, ou que estão aqui como conselheiras,
707 possivelmente nem poderiam estar se continuasse valendo essas regras, o que a gente
708 acha que é uma restrição, inclusive, muito pouco democrática, para não dizer
709 antidemocrática. E aí, só para dizer que, como a eleição é o critério para a escolha, para
710 o ingresso no Conselho, a gente entende que o filtro de qualidade está na eleição e não
711 no documento que você precisa apresentar para ser registrado em um cadastro. É muito
712 mais democrático a fórmula de 2002. O sexto ponto é que a resolução estabeleceu um
713 período fixo, anual, para as atividades de cadastramento e recadastramento, de 1º de
714 janeiro a 30 de abril, de todos os anos, impondo às entidades ambientalistas a obrigação
715 de atualização anual do cadastro, sob a pena de descadastramento. Ou seja, as
716 entidades precisariam se cadastrar, sob pena de ser descadastrada, todo ano. Todo ano,
717 a entidade, mesmo se ela não tiver nenhuma alteração, cadastrar nos seus quadros
718 societários, ela precisaria ir lá e pedir o cadastro de novo. E por que isso era assim?
719 Porque no CONAMA anterior, o método de escolha era o sorteio e o sorteio era anual, os
720 mandatos eram anuais, então, corria-se o risco de se sortear entidades que não existiam
721 mais ou que não queriam mais estar no cadastro e, por isso, como não era uma coisa

722 voluntária de participar das eleições, por isso se criou o ônus de que todas as entidades
723 se cadastrassem e recadastrassem a cada ano com os mesmos documentos. Isso,
724 obviamente, cria um ônus burocrático enorme para todas as entidades ambientalistas
725 que querem fazer parte do cadastro e para a própria comissão do CNEA, que vai precisar,
726 ano após ano, revisar mesmo cadastros que não sofreram nenhuma alteração. Então, do
727 ponto de vista da eficiência administrativa, isso não faz nenhum sentido, ainda mais agora
728 com o retorno das eleições. Por isso, a fórmula de 2002 também nos parece a mais
729 adequada. Agora, faltam só dois pontos. Como é que eu estou de tempo, Marcelo? Pode
730 continuar? Tem mais dois pontos. Então, o sétimo ponto, e esse também são bastante
731 importantes, diz respeito à democracia e direito de participação, a resolução de 2002
732 estabeleceu um procedimento sumário para o descadastramento das entidades
733 cadastradas. Então, o prazo de defesa das entidades reduziu de 60 para 30 dias e a
734 comissão não precisaria mais se reunir para deliberar sobre as exclusões. O
735 descadastramento tem repercussão muito importante para o próprio CNEA, para o
736 CONAMA, em última instância, porque é a base eleitoral do CONAMA, e também para a
737 entidade ambientalista que é descadastrada. Então, para que os descadastramentos
738 sejam feitos com justiça e precisão jurídica, é importante garantir o espaço adequado
739 para o exercício do direito de defesa e também que o processo seja conduzido da melhor
740 forma, com reunião para se deliberar e não de forma assodada. E isso se torna ainda
741 mais importante, conselheira Muriel, quando a gente considera que algumas entidades
742 têm trabalho de campo intenso, dificuldade de acesso à Internet muitas vezes, demandas
743 com bases sociais, e que isso pode trazer alguma dificuldade para responder em prazos
744 mais curtos, ainda mais quando a gente considera a realidade do Brasil e das muitas
745 organizações que fazem parte do CNEA e do CONAMA. Então, a fórmula de 2002
746 também, por isso, ela se mostra mais adequada. O último ponto é que a resolução alterou
747 a instância deliberativa sobre casos omissos. Como o assunto é especificamente sobre
748 a sociedade civil, na resolução de 2002, quem deliberava sobre casos omissos era a
749 comissão em decisões colegiadas. Na resolução 502, passou a ser uma decisão
750 exclusiva do Ministério. Como são assuntos de interesse primordial da sociedade civil, é
751 mais recomendável, no nosso ponto de vista, o retorno à fórmula de 2002, em que o
752 Ministério do Meio Ambiente assessora a comissão permanente do CNEA, com a guarda

753 do cadastro, a facilitação administrativa, mas que a responsabilidade da deliberação
754 sobre casos omissos do cadastro fique como uma decisão colegiada da comissão
755 permanente. Como vocês podem ver, a fala foi um pouco extensa, o assunto é meio
756 chato, porque é muito detalhe burocrático, mas é uma matéria muito tranquila,
757 circunscrita ao cadastro das entidades ambientalistas e ao direito e o interesse da
758 sociedade civil de participar aqui. A revogação da resolução 502 e a restauração das
759 resoluções 06 e 292, elas recolocam o CONAMA no lugar que sempre esteve ao longo
760 desse século, são duas décadas, sempre funcionou assim, e ela traz, sem dúvidas, maior
761 segurança jurídica, maior eficiência, já de forma comprovada que vai ter bons resultados.
762 Então, em resumo, essas mudanças são oportunas, elas são benéficas para o nosso
763 colegiado, e aí a gente conta com o apoio de todos os senhores e senhores para aprovar,
764 sem maiores tensionamentos, essa matéria. Obrigado e bom dia.

765 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
766 obrigado, conselheiro, pelas apresentações objetivas, claras, transparentes. Eu acho que
767 todos os pontos foram levantados, esclarecidos. Consulto aos senhores conselheiros e
768 senhoras conselheiras se há alguma observação, algum esclarecimento adicional que
769 julgue necessário. Bom, e não havendo nenhum pedido de esclarecimentos ou ajustes,
770 peço que aqueles que forem favoráveis às alterações na mudança na resolução
771 CONAMA, que trata do Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas, o CNEA, aqueles
772 que forem a favor permaneçam como estão, quem for contrário, por favor, se manifeste.
773 Aprovado por unanimidade. Muito bem, atendendo a solicitação de pedido de regime de
774 urgência, passamos a analisar agora a proposta de alteração do Regimento Interno,
775 lembrando que ele, conforme o número que consta na tela, ele tem origem no Grupo
776 Assessor de Revisão do Regimento Interno. Vamos, então, entrar nesse debate, por
777 favor, Marcela, para os procedimentos.

778 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
779 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - Quem
780 vai fazer a apresentação é o coordenador do Grupo Assessor, que trabalhou na revisão
781 do Regimento Interno, Daniel Ribeiro,

782 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Chefe da
783 consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente.

784 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** - Bom
785 dia a todos e todas. Prazer estar aqui com vocês, nesse momento significativo de
786 retomada, de reajuste da base legal do CONAMA, isso é uma medida urgente aqui para
787 a segurança jurídica, no andamento do Conselho, e em função da urgência e da
788 necessidade de se dar segurança jurídica aos trâmites e aos funcionamentos, já que o
789 Regimento atual de 2019 não espelha a realidade atual do CONAMA, dada pelo decreto,
790 ditado agora em fevereiro de 2023, a gente tem, por obrigação, com a maior urgência, a
791 atualização do Regimento à nova realidade. E aí, para ilustrar o que aconteceu no tempo,
792 eu fiz aqui essa linha do tempo, a gente tinha o Regimento antigo, que é de 2011, em
793 2019, em maio de 2009, a gente teve o decreto número 9806 de 2019, que, como os
794 senhores bem sabem, reduziu e recalibrou e limitou a participação na sociedade civil,
795 uma série de alterações, principalmente na composição do CONAMA. E, em função deste
796 decreto, do advento deste decreto, surgiu, meses depois, o Regimento que hoje está
797 vigente, que foi publicado em novembro de 2019. Ocorre que o decreto, o 9806, foi objeto
798 de uma ação declarativa de inconstitucionalidade, de uma ADI no Supremo, e foi
799 liminarmente suspenso pela Ministra Cármen Lúcia, em dezembro de 2021. Ele foi
800 suspenso e a gente teve aí um vácuo normativo. Passaram-se aí quatro anos quase,
801 menos, três anos e alguns meses, em fevereiro de 2023, vieram o decreto 11.417, que,
802 muito focado e com base nas razões apontadas pelo Supremo Tribunal Federal,
803 recompôs ali a estrutura do CONAMA. E a legalidade da estrutura do CONAMA, pelo
804 menos a luz do decreto, ela foi sanada ali. Então, restaria para nós aqui, que participamos
805 aqui do Conselho, a edição de um novo Regimento que espelhasse essa nova estrutura
806 já juridicamente hígida, à luz do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal. Em
807 função disso, na última reunião da plenária, houve a designação da criação de um grupo
808 assessor para revisão do Regimento, e esse grupo assessor, que eu tive a honra de
809 coordenar, entregou aqui, agora em agosto de 2023, essa proposta de Regimento que
810 os senhores têm em mãos, que foi disponibilizada no site do CONAMA. Essa é a
811 compulsão do grupo assessor, representante dos cinco segmentos que integram o
812 CONAMA, só para registro. E, diante da necessidade de a gente ter um Regimento que

813 espelhasse a realidade, a gente estabeleceu aqui algumas premissas. A primeira delas
814 é a necessidade urgente de um novo Regimento em função de razões de segurança
815 jurídica. Como eu disse, a estrutura do Regimento atual, que está vigente, pelo menos
816 formalmente, materialmente a gente teria que discutir os dispositivos que se amoldam à
817 nova realidade, mas o Regimento vigente é o de 2019, que foi calcado no decreto, tido
818 por inconstitucional e revogado expressamente no começo desse ano. Então a gente
819 urgentemente precisa de um novo Regimento interno aqui para o CONAMA. Essa
820 urgência foi muito bem sinalizada na reunião plenária anterior e reverberada nas
821 discussões do grupo assessor. Uma segunda premissa é que, diante do curto tempo que
822 a gente teria, a gente se autoimpôs esse dever de apresentar a primeira proposta já para
823 a reunião seguinte, esta atual, é que, por razões de segurança jurídica, a gente retomou,
824 tomou como ponto de partida para os trabalhos, o Regimento de 2011. Que é um
825 Regimento que já tem mais de uma década, mas que foi posto à prova durante anos e
826 embasou o funcionamento do CONAMA durante esse tempo sem maiores percalços.
827 Então, a gente tomou por ponto de partida o Regimento de 2011. Uma terceira premissa
828 é que a gente decidiu postergar as discussões sobre alterações mais profundas e pontos
829 mais sensíveis. Acho que todos os segmentos representados do grupo assessor tinham
830 pontos e tinham sugestões para aprimoramentos mais profundos, para mudanças mais
831 estruturais no CONAMA. Como eu disse anteriormente, a gente está falando aqui de um
832 Regimento de 2011, que até pela modernidade, pelo ferramental que existe hoje,
833 comportaria sim atualizações. Mas, volto a dizer, diante do curto prazo que a gente tinha,
834 entre a última reunião e essa, a gente resolveu partir para um caminho da segurança e
835 evitar discussões que precisassem do maior amadurecimento e do maior debate com a
836 sociedade, com os setores governamentais, empresariais. Então, a gente decidiu fazer
837 essa postergação dos pontos mais sensíveis. E em função dessa postergação, outro
838 ponto que a gente adotou como premissa é a necessidade de continuidade dos trabalhos
839 do grupo assessor para que os pleitos legítimos, os ajustes necessários, que a gente
840 reconhece necessários, sejam adotados e discutidos, debatidos com maior calma daqui
841 para frente. Mas que a gente tenha, a partir de hoje, se tudo correr como esperado, um
842 Regimento que no mínimo nos traga segurança jurídica e espelha a nossa realidade. E
843 aí vamos partir para as principais alterações. A gente, como eu falei, só ajustou coisas

844 elementares ou que não despertaram maiores debates entre os segmentos
845 apresentados. Então, a adaptação do Regime à nova composição, essa é a principal
846 alteração. A gente trouxe a nova composição do decreto para dentro do Regimento. A
847 obrigatoriedade de transmissão em tempo real da reunião de plenário, isso é uma coisa
848 que já vinha acontecendo, mas a gente trouxe para o Regimento, porque o decreto
849 também trazia essa previsão. A exigência de prévia análise de impacto regulatório, AIR,
850 e aí eu explico, é uma imposição legal, a gente tem um decreto que impõe aos órgãos
851 colegiados a apresentação de análise de impacto regulatório, mas em função da
852 dificuldade, para que isso não se tornasse um empecilho à propositura de resoluções
853 pelos conselheiros, a gente, pelo MMA, se comprometeu a disponibilizar orientações. A
854 gente vai ver como é que a gente vai fazer isso, modelos, um guia orientativo, isso está
855 em curso já. A gente quer disponibilizar para que a exigência de AIR não seja um
856 empecilho ao exercício legítimo de cada conselheiro de propor resoluções. Uma outra
857 mudança, a possibilidade de submissão da Agenda Nacional do Meio Ambiente, até a
858 última reunião do ano, antigamente era penúltima, uma mudança que a gente acha que
859 torna a sistemática mais flexível. A fixação de prazo único estendido de 45 dias para
860 apresentação de parecer, em pedidos de vista. Na lógica anterior do Regimento de 2011,
861 havia um prazo de 30, prorrogava por mais 15. E os colegas mais antigos diziam que era
862 praxe os 15, a prorrogação era meio que automática e foi com senso também que a gente
863 estabelecesse os 45 dias, em vez de um prazo prorrogável, aumentasse o prazo de 30
864 para 45, sem a possibilidade de prorrogação. Aqui, a incorporação da pauta de bem-estar
865 animal, de forma expressa, a designação e ao rol de competências da Câmara Técnica
866 de Biodiversidade. Não sei se vocês se recordam, houve uma indicação na Constituição
867 do Grupo Assessor, quanto à necessidade de que o Grupo Assessor se debruçasse sobre
868 a importância de se criar uma Câmara para a questão dos direitos animais, do bem-estar
869 animal. A gente entendeu no Grupo Assessor que isso seria uma medida que demandaria
870 um debate maior, uma conversa maior, e a gente decidiu incorporar essa pauta do bem-
871 estar animal na Câmara Técnica de Biodiversidade. A gente também decidiu dividir a
872 Câmara Técnica de Controle, Qualidade Ambiental e Gestão Territorial, prevista já no
873 Regimento de 2019, para fazer uma breve retomada do que aconteceu. O Regimento
874 atual só prevê duas Câmaras Técnicas, e houve um entendimento consensuado que a

875 Câmara Técnica ficou muito grande, um escopo muito grande. Então, esta Câmara
876 Técnica a gente dividiu em duas. Então, ficaria uma Câmara de Controle Ambiental e
877 Gestão Territorial, e a segunda Câmara, uma Câmara Técnica de Qualidade Ambiental.
878 Também a gente incorporou ao Regimento Interno a Câmara Técnica de Justiça
879 Climática, que foi criada pelo Decreto 11.417, de 2023. Ou seja, não é uma criação do
880 CONAM, é uma criação do decreto, e a gente simplesmente trouxe para dentro do
881 Regimento. A gente também recriou a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, foi um
882 assunto que a gente debateu, e foi também consenso que a Câmara Técnica ajuda
883 bastante na condução e no primor técnico dos atos editados pelo CONAMA, e houve-se
884 por bem recriá-la. Outro ponto foi à indicação, pelo MMA dos Presidentes das Câmaras
885 Técnicas, um assunto também bastante debatido no Grupo Assessor, o que se entendeu
886 é que neste momento de retomada, pelo menos agora, sem prejuízo dessa questão
887 continuar a ser debatido pelo Grupo Assessor mais à frente, seria interessante, até pelo
888 papel de mediador natural que o Ministério do Ambiente faz, que neste regimento, que
889 vai pautar pelo menos nos próximos meses, ou concomitantemente essas discussões
890 seguirão, que a indicação dos Presidentes das Câmaras Técnicas se desce pelo
891 Ministério do Ambiente. Um outro ponto foi a exigência de relatórios sobre o tratamento
892 conferido às contribuições apresentadas no âmbito das consultas públicas. Uma
893 necessidade que a gente enxergou, provocada pelo Rafael e acatada por todos os
894 membros, de que aquelas contribuições da consulta pública não se perdessem, que elas
895 fossem enfrentadas, e ainda que não incorporadas, que fossem tratadas, relacionadas e
896 tratadas para infligir transparência e para que a sociedade tivesse uma resposta em
897 relação ao que ela propôs. Outro ponto, a diretriz de paridade entre os segmentos
898 representados no CONAMA, nos grupos de trabalho e grupos assessores. A ideia é que,
899 sempre que possível, haja paridade, mas a gente também vislumbra, e isso foi consenso,
900 que em algumas situações não há interesse de todos os segmentos participarem de todos
901 os grupos de trabalho ou grupos assessores. A gente abriu a brecha para a possibilidade
902 de não haver essa paridade desde que haja uma impossibilidade, uma manifestação de
903 desinteresse por alguns dos segmentos. A regra é a paridade, mas há a possibilidade de
904 que isso não aconteça em pontos específicos. E, por fim, também uma redução grande
905 da quantidade de dispositivos do Regimento 2011, a gente suprimiu os dispositivos de

906 referência à Câmara Especial Recursal, da qual eu fiz parte também, e que já exauriu o
907 seu objetivo, já concluiu sua missão. Então, são essas as mudanças que a gente propôs,
908 que a gente propõe agora aos senhores, e acho que a gente pode abrir para discussões.
909 Muito obrigado.

910 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Em
911 discussão, por favor, conselheira. Lembrando sempre, nome, organização que
912 representa para fins de registro na pauta, na sequência, secretário Rogério.

913 **A SR^a. FATIMA BORGE (Representante do Ministério Público Federal)** - Bom dia a
914 todos. Meu nome é Fátima.

915 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Quem está
916 cuidando das inscrições? Por favor, quem está cuidando das inscrições? Júlia, você pode
917 ajudar. Nós temos três... Desculpa, só um minuto. Queria atenção às inscrições. Já temos
918 três inscritos. Por favor. Por favor.

919 **A SR^a. FATIMA BORGE (Representante do Ministério Público Federal)** - Bom dia a
920 todos. Estão me escutando, não é?

921 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Fala um
922 pouco mais próximo do microfone.

923 **A SR^a. FATIMA BORGE (Representante do Ministério Público Federal)** - Bom dia a
924 todos. O meu nome é Fátima Borghi. Estou aqui como representante do Ministério Público
925 Federal, como conselheira sem voto no CONAMA. Não ignorando a promessa feita agora
926 pelo meu antecessor de aprofundamento do regimento do CONAMA, inclusive feita pela
927 presidente e a senhora Marina do CONAMA, eu tenho que alertá-los que a reprimenda,
928 quer dizer, a volta daquele, não elimina a inconstitucionalidade reconhecida na ADPF,
929 que já continha. Tanto que no voto da ADPF, a ministra diz claramente que... Ela diz a
930 lição do professor José Afonso da Silva e cita dizendo que a vigência, que durante a
931 vigência da portaria 452 de 2011, já não se cumpria aquele, o seu papel constitucional.
932 Mas também a ministra cita num outro trecho, textualmente, que há um atraso eloquente
933 no CONAMA de mais de 30 anos, quer dizer, criticando o regimento que havia.

934 Claramente, então, ela diz como inconstitucional. Há um atraso eloquente no CONAMA
935 de mais de 30 anos. E daí ela... Ah, sim, depois o voto fala que era um desafio a ser
936 enfrentado naquela ADPF, e é onde ela enfrenta e vem dizendo das
937 inconstitucionalidades que existiam nele. Então, cabe a mim, como representante do
938 Ministério Público, dizer que a participação social continua sem qualquer
939 representatividade, que foi pressuposto na ADPF da participação popular no Estado
940 Democrático, e está lá no voto. Em termos da ADPF, o que ela disse, e que serve também
941 para este regimento, sequer a sociedade civil, inclusive de cunho exclusivamente
942 ambiental, ela não tem sequer qualquer possibilidade de levar a mudança de uma
943 votação. No princípio, lá também na ADPF está escrito que se o princípio democrático
944 tem como a votação pela maioria, essa maioria pode trazer graves erros quando tudo se
945 resolve em uma dicotomia de ideias. Vamos levar ao plenário. Isso não é democracia.
946 Então, eu registro isso, mas que eu tenho comigo, e me amparando no voto, que está se
947 contemplando, e só numa normativa, no caso, um maciço e reiterado descumprimento
948 de preceitos constitucionais fundamentais. O meio ambiente é um desses preceitos.
949 Obrigada.

950 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
951 obrigado conselheira. Pedro Neto... Antes é o Rodrigo Menezes. Rogério Menezes
952 desculpa. Na sequência, Pedro Neto, do Mapa.

953 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
954 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - Três
955 minutos. Está bom, Rogério.

956 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO – TITULAR (Representante da Região**
957 **Sudeste)** - Eu queria ser pontual na questão da proteção animal. A gente teve, na reunião
958 anterior, a novidade positiva, o Ministério colocando, abrindo uma frente da proteção e
959 do bem-estar animal, e havia a discussão de uma sinalização em relação a uma possível
960 Câmara Técnica. Foi informado aqui, não sei se poderia voltar naquele ponto, sobre que
961 isso passaria a ser da Câmara Técnica de Biodiversidade. Eu só queria fazer uma
962 ponderação ao plenário, que esse assunto da proteção e bem-estar animal ganha uma
963 importância enorme no âmbito das cidades brasileiras. Existem uma série de políticas

964 públicas avançadíssimas sendo implementadas, particularmente nas grandes e médias
965 cidades brasileiras. Eu acho que era o momento de aproveitar essa oportunidade para o
966 CONAMA acompanhar a criação desse assunto com destaque no novo Ministério, na
967 nova estrutura ministerial, para que pudesse dar vazão a esse diálogo com os municípios
968 que estão implementando essas políticas. Sob pena de a gente deixar isso como uma
969 questão secundária e, infelizmente, não dialogar com esse assunto enquanto esse
970 assunto é uma das agendas que mais cresce nos municípios brasileiros. Eu alertaria da
971 possibilidade de a gente já dar espaço, de a gente conseguir trabalhar em uma Câmara
972 Técnica específica, considerando, inclusive, a diretoria que foi estabelecida, o espaço de
973 gestão federal que foi estabelecido para a causa da proteção e bem-estar animal. Muito
974 obrigado.

975 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Obrigado,
976 secretário Rogério. Por favor, Pedro Neto.

977 **O SR. PEDRO NETO (Ministério da Agricultura e Pecuária)** - Bom dia a todos. Bom
978 dia, secretário Capobianco. Quero, em primeira mão, parabenizar a turma que fez esse
979 trabalho expresso, de forma super rápida, em compasso com outras iniciativas desse
980 ciclo de governo agora, como o lançamento estrondoso do PP Sedan, a retomada do PP
981 Cerrado agora. Então, a retomada desse importante fórum de discussão aqui é
982 fundamental para que a gente possa seguir importantes pautas. Mas eu queria tratar de
983 um ponto específico que foi colocado aqui na apresentação do... Como é o nome dele?
984 Do Daniel, quando ele fala do artigo 31, e concordo que é fundamental que a gente tenha
985 segurança jurídica para o funcionamento desse Conselho, algumas estruturas devem ser
986 retomadas, especialmente na minha avaliação, a CTAJ, ela faz muita falta, ou fez muita
987 falta, não sei se fez, mas faria se ela não tivesse sido recriada aqui agora. Mas nesse
988 condão, no sentido de, além de manter a linha de termos de segurança jurídica, mas
989 também uma harmonização com outros decretos e outras normas que regem essa atual
990 gestão, é que eu queria chamar a atenção para o artigo 31, exatamente com a criação
991 da Câmara Técnica de Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas, Educação Ambiental
992 e Bem-Estar Animal. Perfeito, essa Câmara tem que existir, de fato, porém aqui a gente
993 tem uma eventual sobreposição se a gente não tiver o zelo aqui com relação às questões

994 dos animais de produção, que é regulamentado lá pelo Ministério da Agricultura, que
995 tinha a Câmara Técnica de Bem-Estar Animal, CTBEA, que foi extinta, mas foi recriada
996 agora um fórum de discussão específico sobre essa questão do bem-estar animal, e aí,
997 secretário Capobianco, a nossa sugestão, Daniel, é inserir uma linha a mais no texto que
998 já está ali, para a gente citar a linha A, proteção e uso da biodiversidade, a linha B,
999 unidades de conservação e demais áreas protegidas, C, florestas e demais formações
1000 vegetais, educação ambiental e a linha E, bem-estar animal, excetuados animais de
1001 produção e de interesse econômico da cadeia pecuária. Com isso, a gente ajusta a
1002 questão do marco regulatório, o decreto que rege a estrutura do Ministério da Agricultura
1003 e suas competências, e deixa para discussão aqui no âmbito desse Conselho, os animais
1004 silvestres, enfim, eu nem sei qualificar os demais. Então, essa é a sugestão que eu
1005 gostaria de fazer nesse sentido. Obrigado.

1006 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Obrigado,
1007 conselheiro. Vamos, então, agora a Ramírez Andrade, da Associação de Defesa
1008 Etnoambiental. Lembrando que quem falou agora, para fim de registro, foi Pedro Neto,
1009 do Ministério da Agricultura e Pecuária. Peço que, embora seja redundante, Ramírez,
1010 que você se apresente também, novamente, sempre no início da fala, por favor.

1011 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1012 **Etnoambiental)** - Obrigado, senhor presidente. Sou Ramírez Andrade, aqui também
1013 representando a bancada da Sociedade Civil e conselheiro pela Associação Canindé,
1014 Associação de Defesa Etnoambiental. Iniciar, senhor presidente, cumprimentando a
1015 todos os presentes e saudando especialmente à mesa a pessoa do nosso querido
1016 Capobianco e cumprimentar também a todos os conselheiros e conselheiras e o faço
1017 aqui, muito honrosamente, em nome da conselheira Muriel, pessoa por quem nutro
1018 grande estima, Rafael Giovanelli também, é um querido amigo. Como membros do Grupo
1019 Assessor de Revisão do Regimento Interno, recebemos a missão, eu escrevi, eu não sou
1020 muito adepto da leitura, nos meus pronunciamentos, mas, em homenagem ao tempo
1021 exíguo também e em homenagem as falas e as contribuições de cada membro dessa
1022 bancada da Sociedade Civil, eu não poderia deixar de escrever, porque correria um
1023 grande risco de não contemplar essas contribuições. Então, peço licença para fazer uma

1024 leitura breve desse nosso pronunciamento. Como membros do Grupo Assessor de
1025 Revisão do Regimento Interno, recebemos a missão discutir e trazer ao plenário uma
1026 proposta de regimento adequada ao novo Decreto de Estruturação do Conselho, e trazer
1027 uma proposta que garantisse a pronta atuação do CONAMA, de forma juridicamente
1028 segura e eficiente, e que contemplasse essa nova composição. Essa missão tinha um
1029 senso de urgência e também um senso de oportunidade. Urgência porque o regimento
1030 interno é incompatível, o atual regimento interno vigente, ele é incompatível com o
1031 CONAMA atual. O regimento vigente não se adequa ao nosso CONAMA que temos essa
1032 honrosa missão de reconstruir. E a oportunidade porque, na revisão do regimento interno,
1033 nós temos a chance de tornar o CONAMA uns colegiados ainda mais transparentes,
1034 participativos, ético, como bem lembrou o ministro Herman Benjamin, e isso também
1035 foram reverberado hoje, aqui na abertura da sessão plenária, pela ministra Marina Silva.
1036 Em razão dessa urgência, o Grupo Assessor se reuniu com intensa frequência nesses
1037 últimos dois meses, como disse aqui o nosso coordenador, o doutor Daniel, e
1038 convergimos em apresentar uma proposta construída com diálogo e consenso entre
1039 todos os setores, todos os segmentos representados no Grupo Assessor que compõe
1040 esse conselho. A proposta é essa que revoga o regimento vigente aproveitando, em
1041 grande parte, como também lembrou o Daniel, o doutor Daniel, em grande parte com o
1042 regimento de 2011, com modificações pontuais, aqui muito bem expostas pelo
1043 coordenador do Grupo Assessor, repita-se, empreendidas também para adequar o
1044 regimento interno ao decreto e também garantir segurança jurídica à atuação do nosso
1045 conselho. Essa alternativa, que a bancada da sociedade civil reputa muito louvável, foi
1046 apresentada e consolidada mediante um acordo, e aqui faço questão de trazer esse
1047 registro, que é bastante importante, mediante acordo de que manteríamos os trabalhos
1048 do Grupo Assessor após essa sessão plenária, já após a aprovação, que esperamos
1049 aconteça hoje, desse regimento, dessa proposta de regimento, tendo em vista que,
1050 embora essa proposta de regimento esteja adequada, garantindo a necessária
1051 segurança jurídica aos trabalhos do conselho, convergimos também que determinados
1052 pontos pendem de maiores aprimoramentos. O Grupo Assessor desenvolveria esses
1053 pontos, oportunamente trazendo-os para a apreciação do plenário, com o espírito, como
1054 já dissemos, de tornar o CONAMA ainda mais ético, participativo e transparente. Nesse

1055 sentido, O SR. presidente, srs. e srs. conselheiros, o encaminhamento pela bancada da
1056 sociedade civil é de votarmos e aprovarmos a proposta tal como apresentada
1057 reafirmando o compromisso reiteradamente firmado no âmbito do Grupo Assessor, de
1058 continuarmos essa discussão e mantermos os trabalhos do Grupo Assessor como
1059 espaço de discussão e de encaminhamentos relativos às propostas de aprimoramento
1060 do regimento. São essas as nossas contribuições, as contribuições da bancada da
1061 sociedade civil, e com isso encerro agradecendo a atenção de cada um dos srs. e srs.
1062 Muito obrigado, O SR. presidente.

1063 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
1064 obrigado Ramirez. Eder Lima, por favor.

1065 **O SR. EDER QUEIROZ (Sociedade Civil Mamirauá)** - Alô, muito obrigado, bom dia.
1066 Bom dia, secretário, bom dia a todos na mesa. Eu sou Eder Lima de Queiroz, eu sou
1067 representante da sociedade civil Mamirauá e estou na qualidade de representante dessa
1068 sociedade aqui como conselheiro, é a minha primeira experiência no CONAMA. Eu queria
1069 fazer uma menção muito específica a respeito da ideia ou proposta de se excetuar os
1070 animais de produção de interesse econômico da ideia de bem-estar animal. Como eu fui
1071 membro do conselho por mais ou menos três anos, a questão do bem-estar animal é
1072 muito discutida dentro do conselho e a gente considera que todos os animais estão
1073 cobertos por esse princípio. Não é necessariamente porque ele é um animal de produção
1074 que ele tem que sair desse princípio. Eu acho que é bastante simples para todos. A
1075 questão é que não pode haver nenhum tipo de conflito regulatório, e isso são óbvio. No
1076 conselho nós temos uma câmara técnica de animais de produção e isso não fez nenhum
1077 tipo de conflito com o mapa, por exemplo. Então, essa é uma câmara técnica que está
1078 sendo trazida que ainda nem foi criada. A gente já está criando algum tipo de óbice
1079 apriorístico. Vamos esperar criar a câmara, convidar o mapa para ser membro da câmara
1080 e trabalhar no consenso regulatório. Eu não vejo conflito aí. Obrigado.

1081 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
1082 obrigado. Conselho Eder. Wanderlei, por favor. Conselho Vanderlei, Federação Nacional
1083 da Indústria.

1084 **O SR. WANDERLEI BATISTA, REPRESENTANTE (Confederação Nacional Da**
1085 **Indústria)** - Bom dia a todos. Bom dia, secretário. Uma questão de ordem, secretário.

1086 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Só a
1087 apresentação completa.

1088 **O SR. WANDERLEI BATISTA, REPRESENTANTE (Confederação Nacional Da**
1089 **Indústria)** - Wanderlei Batista, representante da Confederação Nacional da Indústria.
1090 Uma questão de ordem. Nós vamos votar o texto base, aprovando o texto do Regimento
1091 Interno e abrimos para destaques, emendas? Essa é uma dúvida que eu tenho. Eu já vi
1092 conselheiro vir aqui defender emendas. Ou a gente só está neste momento para defender
1093 a mudança do Regimento Interno que nós da indústria concordamos inteiramente,
1094 apoiamos o Ministério nesse aspecto e eu queria um esclarecimento por parte da mesa.

1095 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
1096 obrigado, conselheiro. Nós estamos, na realidade, partindo do seguinte pressuposto. Nós
1097 podemos, evidentemente, ajustar isso de acordo com a opinião dos conselheiros. Mas,
1098 basicamente, nós temos uma deliberação, uma decisão da plenária anterior da
1099 necessidade da revisão do Regimento. Então, esse é um posto, essa é uma questão que
1100 está colocada. Isso não foi uma proposta isolada de um grupo ou outro, mas aprovada
1101 na última reunião ordinária, tanto que criou esta comissão especial para tratar do assunto.
1102 Estamos trazendo aqui uma versão proposta pelo grupo de tratar das, digamos, da
1103 solução das questões mais urgentes, deixando algumas questões outras do interesse de
1104 vários segmentos aqui. Por exemplo, talvez a mais candente tenha a ver, inclusive, com
1105 o que foi aqui trazido pela nossa primeira oradora, que diz respeito à participação no
1106 CONAMA, ou seja, à ampliação da participação dos setores não governamentais no
1107 CONAMA. E a opção que o grupo trouxe foi de fazer essa revisão do Regimento em duas
1108 etapas. Então, considerando que esses pontos mais polêmicos, vamos dizer assim,
1109 estariam em uma segunda etapa, o que eu pretendia encaminhar aqui foi uma avaliação
1110 geral, uma manifestação geral dos conselheiros para identificar se haveria algum ponto
1111 em relação à proposta trazida que mereceria uma discussão mais detalhada. Perfeito.
1112 Então, nós estamos, digamos, numa pescagem. Uma consulta ainda sobre como é que
1113 a plenária reagiu, está reagindo à proposta trazida pelo conselheiro Daniel.

1114 **O SR. WANDERLEI BATISTA, REPRESENTANTE (Confederação Nacional Da**
1115 **Indústria)** - Nesse aspecto, secretário e demais conselheiros, a CNI vê necessidade de
1116 uma adequação no artigo 31 do Regimento, inciso III, a linha D, sobre competências da
1117 Câmara de Controle Ambiental que trata de gestão de substâncias químicas. Explicando
1118 para os conselheiros por que a CNI traz essa questão e rememorando o que aconteceu
1119 na aprovação do Regimento atual, não sei se os senhores estavam aqui, não foi nem
1120 aqui, foi no auditório do Ministério do Ambiente, onde esse item foi incorporado, senhor
1121 secretário, durante a aprovação do Regimento sem qualquer consulta aos conselheiros,
1122 de maneira arbitrária pelo antigo governo e nós não tivemos tempo de consultar o setor
1123 envolvido, o setor químico a respeito disso, já que o CONAMA é uma instância
1124 deliberativa de relacionamento. No governo, a Comissão de Segurança Química,
1125 CONASC, que era um órgão consultivo que tratava do tema específico por especialistas
1126 na área de gestão de químicos. Qual a questão que nós trazemos aqui? Nós consultamos
1127 o setor químico e nós achamos por bem colocar que seria mais importante retirar esse
1128 item da competência da Câmara Técnica para outros químicos também. E é algo que nós
1129 normalmente não tratamos aqui no CONAMA. Nós tratamos, em termos de cavidade
1130 ambiental, tem a ver com padrões de lançamento, padrões de emissões, padrões de
1131 cavidade onde substâncias químicas estão envolvidas. E isso nós já sempre fizemos e
1132 fizemos em diversas resoluções que, inclusive, nós pretendemos revisar, muitas estão
1133 defasadas, mas a gestão ampla de substâncias químicas nós gostaríamos que o
1134 Ministério retomasse a CONASC, que para nós é muito importante para o setor químico
1135 e, nesse aspecto, a gente estaria propondo a retirada desse item da proposta do
1136 Regimento Interno. O aspecto técnico também envolve a avaliação de perigos, de riscos
1137 de substâncias químicas que é algo que é muito especializado e exatamente por isso que
1138 o Ministério do Meio Ambiente tratou disso especificamente antes dessa comissão.
1139 Então, senhores, era essa a questão que eu queria trazer aqui ao plenário. Seria o único
1140 ajuste que o setor industrial estaria propondo no regimento proposto. Era isso.

1141 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Obrigado,
1142 conselheiro. Deixa eu fazer um esclarecimento. Nós temos ainda temos mais um escrito.
1143 Eu, conforme prevê o artigo 20º do nosso regimento artigo 20, inciso 2 que é necessário
1144 que sejam apresentadas emendas na verdade não é necessário, mas é preferentemente

1145 por escrito. Eu queria pedir para o conselheiro do Mapa que apresentou uma proposta
1146 de emenda e ao senhor conselheiro que apresente por escrito essa proposta no momento
1147 que nós vamos discutir ela seria importante ela estar por escrito, por favor. Eu estou
1148 pedindo para estar atenta às inscrições. Há várias pessoas pedindo a fala mas agora nós
1149 temos a Mauren da ABEMA por favor na sequência Marçal da ANAMA. A ABEMA e a
1150 ANAMA trabalhando juntos integrados.

1151 **A SR^a. MAUREN LAZZARETE (conselheira secretária de meio ambiente do estado**
1152 **de Mato Grosso)** – Bom, conselheiro conselheiros eu faço minhas as palavras Mauren
1153 Lazzarete conselheira secretária de meio ambiente do estado de Mato Grosso. No âmbito
1154 da ABEMA nós fizemos também uma ampla discussão em relação ao regimento quem
1155 nos representou no grupo assessor reitero tudo que foi consignado aqui naqueles que
1156 me antecederam na fala. Então temos a compreensão e inclusive encaminhamos já ao
1157 CONAMA algumas sugestões que entendo serão discutidas na sequência no âmbito do
1158 grupo assessor. Apenas um item daqueles que foram levantados por nós eu acho que
1159 vale a pena nesse momento consignarmos as sugestões do CONAMA. No artigo 65 está
1160 previsto que poderão ser realizadas por videoconferência apenas reuniões dos grupos
1161 de trabalho e das câmaras técnicas. Mas nós já realizamos reuniões do CIPAM, por
1162 exemplo, de forma virtual. E acredito que a videoconferência possa em algum momento
1163 vir até ser uma solução para reuniões extraordinárias da própria plenária. Então a nossa
1164 sugestão é muito pontual de que possamos, ao invés de restringir a possibilidade de
1165 videoconferências para reuniões dos grupos de trabalho e das câmaras técnicas, que
1166 elas possam ser para qualquer uma das estruturas do CONAMA. Porque já temos
1167 condições de garantir a transparência e a participação ativa. Esse seria um ponto. E no
1168 ponto seguinte continuarão. Mas acho que seria importante se pudéssemos consignar
1169 um prazo para que isso acontecesse. Acho que é uma ansiedade de todos ter a garantia
1170 de que esses trabalhos continuarão e, no menor tempo possível, nós poderemos ter a
1171 discussão mais ampla de todos os aspectos do regimento interno. Então, se puder já
1172 consignar, traremos esse trabalho na sequência, na próxima reunião, enfim. Acho que
1173 esse é o pedido de todos.

1174 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito
1175 obrigada conselheira, Marçal, por favor. ANAMA.

1176 **O SR. MARÇAL FORTES CAVALCANTE, (presidente da ANAMA, secretário**
1177 **municipal de Pilar, conselheiro do CONAMA)** - Nome completo, RG, CPF e a
1178 instituição, por favor. Marçal Fortes Cavalcante, presidente da ANAMA, secretário
1179 municipal de Pilar, conselheiro do CONAMA, do Fundo Clima, Fundo Amazônia.

1180 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Parece o
1181 Mario Mantovani com o currículo.

1182 **O SR. MARÇAL FORTES CAVALCANTE, (presidente da ANAMA, secretário**
1183 **municipal de Pilar, conselheiro do CONAMA)** - Bem, Capobianco, Marcela Rodrigues,
1184 doutor Daniel e toda a plenária. Nós chegamos até aqui com muita dificuldade. É só um
1185 pedido ao plenário. Vamos esperar um pouco. Nós estamos convergindo. Nós
1186 começamos o diálogo. O diálogo voltou. A sociedade civil está aqui. A causa animal está
1187 aqui. Os órgãos de governo estão aqui. Nós, dos municípios, estamos participando
1188 efetivamente. Só um pedido. Vamos aprovar o regimento como está. Não vamos divergir.
1189 Nós temos um prazo, esse que a Mauren falou, que é importantíssimo para dar
1190 continuidade aos trabalhos. A WWF, todos estão ajudando. Então, a ANAMA vai aqui e
1191 roga para que nós possamos aprovar esse regimento como está, sem emenda, e nós
1192 vamos ter outra oportunidade de buscar emenda. Esse é um momento ímpar na vida
1193 desse Conselho. O Conselho de Meio Ambiente voltou e nós estamos aqui. É esse o meu
1194 pedido a todos os conselheiros.

1195 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Temos
1196 ali uma inscrição.

1197 **A SR^a. ZULEICA Nicz (representante titular da AMAR, Seção de Defesa do Meio**
1198 **Ambiente da Araucária)** - Bom dia. Meu nome é Zuleica. Eu sou representante titular da
1199 AMAR, Seção de Defesa do Meio Ambiente da Araucária. Eu atuei durante 10 anos, mais
1200 ou menos, na Comissão Nacional de Segurança Química, como representante do
1201 FBOMS, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. Uma comissão não

1202 deliberativa, apenas consultiva, que teve um pequeno avanço nos últimos anos, antes do
1203 último governo, quando, então, foi extinta, em 2019. E essa comissão, ela tinha algumas
1204 competências interessantes, como fazia a discussão e tentativas de implementação de
1205 tratados internacionais da área de químicos no Brasil. Estocolmo, sobre os POPs. O
1206 SAICAM, do Enfoque Estratégico para a Gestão Internacional de Substâncias Químicas,
1207 tratado em Minamata, sobre o mercúrio. E agora vem aí o tratado dos plásticos, incluindo
1208 o ambiente marinho, que está em processo de negociação e que, infelizmente, por não
1209 existir a Comissão Nacional de Segurança Química, ocorre que nós não temos uma
1210 articulação no Brasil à altura do desafio que está se colocando nessas negociações lá
1211 fora. Quando eu vi a proposta de incluir substâncias químicas, ou seja, manter essa
1212 proposta de substâncias de gestão de substâncias químicas na Câmara Técnica de
1213 Qualidade e Controle Ambiental, eu achei muito positivo. Primeiro, porque a CONASC
1214 não substitui o CONAMA, por óbvio, por ser justamente apenas consultiva, e não existir
1215 no momento, sequer existe. E porque o CONAMA precisa realmente se dedicar a essa
1216 área, não de fazer gestão no chão de fábrica, não é isso, é fazer a internalização dos
1217 tratados internacionais no nosso repertório de instrumentos jurídicos e práticas em
1218 licenciamento e projetos, aí, sim, por exemplo, quando nós vamos falar em limites, e
1219 precisamos desenvolver essas capacidades de avaliação de risco, porque nós temos,
1220 inclusive, um projeto de lei no Congresso que está tramitando, que foi feito pela CONASC
1221 em parceria com a BICIM e toda a indústria química, que não faz parte da BICIM, foi
1222 convidada, os trabalhadores, a CUT, e as ONGs ambientalistas, e o governo. Então, eu
1223 queria dizer que é muito relevante a manutenção da gestão das substâncias químicas,
1224 porque nós temos muito trabalho, inclusive porque, na Câmara Técnica de Assuntos
1225 Jurídicos, agora voltou o tema da discussão da incorporação dos tratados internacionais.
1226 E nós estamos atrasados nessa área. Muito obrigada.

1227 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Obrigada,
1228 conselheira. Eu vou passar a palavra aqui na sequência, Pedro Ivo e Rubens. Mas antes
1229 de passar a palavra, eu queria fazer um pedido aqui para que a gente possa encaminhar.
1230 Nós temos alguns pontos de propostas de emenda ao texto, que são bastante isolados,
1231 digamos assim, são muito parcimoniosos. Então, eu gostaria de pedir aos senhores
1232 oradores que, se os senhores têm o objetivo de trazer novos itens, que os senhores falem

1233 agora, nesse momento. Caso não seja essa, ou defender aquilo que foi aqui apresentado.
1234 Porque a nossa proposta vai ser encaminhar a aprovação do texto base e depois abrir
1235 para discussão de pontos específicos que os conselheiros trouxeram. Então, nesse
1236 sentido apenas, de consultar o nosso próximo orador, Pedro Ivo, se o assunto é deste, é
1237 uma defesa... Então, por favor, mas atentando para que a gente possa evitar defesas ou
1238 não de pontos que já foram tratados, nós vamos abrir essa discussão na frente. E o
1239 senhor vai ter que falar novamente.

1240 **O SR. PEDRO IVO (ASSOCIAÇÃO CIVIL ALTERNATIVA TERRAZUL)** - Obrigado,
1241 secretário Capô. Sei que sua intenção é a melhor possível, mas eu não posso deixar de
1242 falar nessa questão dos animais. Não posso. Por quê? Quero dialogar com o colega
1243 conselheiro do MAPA. Porque há um falso debate aqui. Ao incluir o direito dos animais,
1244 não está se dizendo que não vai se ter produção nem economia com aqueles animais
1245 consagrados na bandeja de alimentação. Ao contrário. Hoje, o bem-estar animal tem que
1246 ser para todos os animais, porque ele também é fundamental para fortalecer a economia,
1247 para fortalecer a saúde humana e para fortalecer essa cadeia produtiva. Porque maltratar
1248 animais é coisa do passado. Todo mundo contemporâneo sabe que, quando você vai em
1249 um abate e maltrata os animais, ele vai liberar toxinas, ele vai liberar, além do sofrimento
1250 dele em si, ele vai liberar toxinas que são prejudiciais à saúde humana para quem come
1251 carne, como eu. Não sou vegano. Por isso que eu posso falar isso aqui tranquilamente.
1252 Então, não tem sentido retirar os animais de produção e da economia do bem-estar
1253 animal. Além do mais, o conselheiro Rogério colocou uma questão fundamental e eu
1254 quero alertar vocês. Nós estamos construindo o PPA. Interessa a nação um PPA robusto.
1255 E a causa animal teve 40 mil votos. Foi a causa de direitos difusos mais votados do PPA.
1256 O Ministério do Meio Ambiente integrou os direitos dos animais da fauna com os direitos
1257 dos animais domésticos e criou uma diretoria de forma responsável e coerente para tratar
1258 desse tema. E hoje, milhões de pessoas, milhões de pessoas estão ligadas aos animais,
1259 inclusive moradores de rua, ao grande empresário. Não é isso, Rogério? Quem está nas
1260 cidades está vendo isso. Então, nós temos que levar a economia do Brasil para uma área
1261 sustentável. E ser sustentável é também não maltratar os animais no abate, não trazer
1262 animais com sofrimento para a cadeia produtiva. E eu peço ao conselheiro do MAPA que
1263 reflita sobre isso, porque nós estamos juntos. Não é separado de vocês, porque nós

1264 queremos que essa cadeia produtiva seja cada vez mais modernizada e que ela não
1265 prejudique a saúde humana e os direitos dos animais. Obrigado, secretário.

1266 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -**
1267 porObrigado, Pedro. Rubens Born. Na fala do Rubens Born, entendo que é o último
1268 inscrito. Vamos proceder aos encaminhamentos, por favor.

1269 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil) -**
1270 Obrigado, bom dia. Rubens Born, da Fundação Esquerda Brasil, em nome do Fórum
1271 Brasileiro e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Também da
1272 bancada de entidades da Associação Civil. Quero reiterar o nosso apelo, o nosso apoio
1273 ao que foi já encaminhado, apresentado, da votação urgente hoje do Regimento Interno
1274 e a continuidade do Grupo Assessor para poder aprimorar, ao longo dos próximos meses
1275 ou sessões, eventuais necessidades de aprimoramento ou lacunas. Não obstante, em
1276 função das emendas apresentadas, gostaria de lembrar, inclusive a fala aqui na
1277 primeira reunião, em 18 de maio, do ministro Herman Benjamin, quando falou da
1278 degradação por omissão, o retrocesso normativo. Só queria lembrar, inclusive, aos que
1279 apresentaram sugestões de emendas de retirar o bem-estar animal ou de retirar a
1280 digestão de substâncias químicas, que isso colide com aquilo que o ministro Herman
1281 Benjamin colocou, colide com a Constituição. O artigo 225 da Constituição, no seu
1282 parágrafo primeiro, diz que incumbe ao poder público, entre outros, no inciso quinto,
1283 controlar processos, métodos e substâncias que comportem risco à vida, à qualidade de
1284 vida e ao meio ambiente. A Lei nº 6938, de 1981, no seu artigo terceiro, define o meio
1285 ambiente como um conjunto de interações de ordem física, química e biológica. Portanto,
1286 nada mais natural do que o CONAMA apreciar as questões de substâncias químicas.
1287 Muito obrigado.

1288 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -** Muito
1289 bem. Senhoras e senhores, vamos fazer uma proposta de encaminhamento. E,
1290 evidentemente, que eu estou aberto a corrigir, caso algum conselheiro considere o
1291 encaminhamento inadequado. Eu acredito que nós poderíamos fazer dois, primeiro,
1292 inicialmente, um encaminhamento sobre a continuidade do grupo assessor. Ou seja, nós
1293 estamos partindo do pressuposto que essa proposta de ajuste no regimento é uma

1294 proposta preliminar, digamos assim. E vamos seguir nesse tratamento. Também temos,
1295 nesse caso, um pedido da conselheira Mauren da ABEMA de que a gente dê um prazo
1296 para esse grupo. Estou entendendo que esse assunto, e aí Marcela e Daniel me corrijam
1297 se estiver equivocado, mas eu acredito que nós vamos seguir esse trabalho e que, na
1298 próxima reunião ordinária do CONAMA, teremos esse assunto, deverá voltar ao plenário
1299 com os ajustes ainda mais estruturantes, vamos dizer assim, que estão em discussão.
1300 Então, a proposta que eu poderia encaminhar, se os senhores concordarem, seria
1301 submeter ao plenário a votação para a aprovação da continuidade do grupo assessor de
1302 revisão do regimento interno até a próxima reunião plenária. E, na próxima reunião
1303 plenária, nós decidimos se é o caso de manter o grupo assessor ainda, mas nós já
1304 definiríamos o tempo contemplando a proposta da conselheira. Podemos caminhar
1305 assim? Muriel Saragoussi, por favor.

1306 **A SRA. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** - Tendo já
1307 participado de uma revisão do regimento e conhecendo a forma como as coisas
1308 funcionam, e o fato de a gente ter, na próxima reunião, uma discussão que é bastante
1309 importante, que é as prioridades do CONAMA para o próximo ano, eu sugeriria duas
1310 reuniões. Não essa agora, mas a de, provavelmente, março do ano que vem.

1311 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Perfeito.
1312 Mais alguém gostaria de se manifestar a respeito? Então, se nós pudermos compatibilizar
1313 as duas propostas, nós vamos seguir com a aprovação da continuidade do grupo
1314 assessor de revisão do regimento até as duas próximas reuniões plenárias, e caso o
1315 assunto seja resolvido evidentemente na próxima, o grupo assessor não se justifica,
1316 apenas para dar mais segurança ao trabalho do grupo assessor. Então, repetindo o
1317 encaminhamento para a votação. Proposta de aprovação pelo plenário da continuidade
1318 do grupo assessor de revisão do regimento interno com prazo de conclusão dos trabalhos
1319 até as próximas duas reuniões ordinárias do CONAMA. Quem estiver favorável,
1320 permanece como está, quem for contrário, se manifeste, por favor. Então, aprovado por
1321 unanimidade a manutenção do grupo assessor pelas próximas duas reuniões do
1322 CONAMA até concluir seu trabalho. Vamos entrar agora na questão da proposta de
1323 regimento. Nós coletamos na mesa propostas de alteração em dois artigos. Em três

1324 artigos. Você podia, rapidamente, quais são os artigos, Daniel? Então, mas é por isso
1325 que estou aqui, só querendo deixar claro quais são os itens que serão objetos de uma
1326 discussão na sequência.

1327 **A SR^a. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
1328 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - As
1329 propostas, elas são do artigo 31. Nós temos no inciso 1, a linha E, a questão de bem-
1330 estar animal. No inciso 3, a gente tem a questão das substâncias químicas. E o artigo 65,
1331 que diz respeito às reuniões virtuais.

1332 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Perfeito.
1333 Então, são esses três tópicos trazidos aqui, onde há propostas de ajustes. Considerando
1334 que as propostas estão contempladas, então, eu submeto ao plenário do CONAMA a
1335 aprovação do texto base da minuta de regimento interno trazida pelo grupo assessor de
1336 revisão do regimento interno, excluído esses três pontos que se sofrerão debate na
1337 sequência. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como estão. Os contrários por
1338 favor se manifestem. Então, aprovado por unanimidade, o texto base do regimento.
1339 Parabéns ao grupo assessor. Vamos, então, tratar dos tópicos trazidos. Eu vou iniciar
1340 pelo mais simples, que trata da questão das reuniões virtuais. Eu acredito que a proposta
1341 da conselheira Mauren é bem-vinda, de fato. Ela, inclusive, faz uma correção aqui. Nós
1342 tivemos duas reuniões do CIPAM. Não foi nem só uma, foram duas reuniões do CIPAM
1343 virtuais. Aliás, foram muito bem-sucedidas as reuniões. Lembrando um ponto importante.
1344 São reuniões pequenas. A reunião do CIPAM envolve um número reduzido de membros.
1345 Todas as reuniões são menores. Então, a nossa proposta, que o nosso Daniel da
1346 conjunta está propondo, é que a gente estenda a possibilidade de reunião virtual para o
1347 CIPAM e grupos de trabalho, como está hoje no regimento. Vamos olhar aqui. Mas não
1348 ao plenário. A gente não estenda isso ao plenário, na medida em que nós entendemos
1349 que a interação em reuniões plenárias de grande quantidade, essa interação é
1350 importante. É o 65, o artigo 65. Por favor. Alguém tem um microfone móvel? Porque,
1351 como é uma questão rápida, talvez seja mais ágil um microfone móvel, diferente de
1352 quando é para fazer uma apresentação mais longa. Se identificando.

1353 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Representante do Estado do**
1354 **Amazonas)** - Eduardo Taveira, secretário de Estado do Meio Ambiente do Amazonas.
1355 Não, é que eu entendi que a proposta que a secretária Maury colocou era que estendesse
1356 também as reuniões do CONAMA às virtuais. Por exemplo, nós tivemos conselheiros dos
1357 estados que não conseguiram vir porque o custo da passagem está muito alto. Por
1358 exemplo, eu vim aqui para Brasília, o custo da passagem ida e volta foi R \$ 4.500. Para
1359 ter uma ideia, o custo da passagem para Miami está R \$ 1.500, e de volta, saindo de
1360 Manaus.

1361 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - O senhor
1362 sugere a reunião em Miami.

1363 **O SR. EDUARDO COSTA TAVEIRA – TITULAR (Representante do Estado do**
1364 **Amazonas)** - Exato. Seria uma... Aproveitava e já dava um jeito lá. Não, brincadeira. A
1365 questão é que, em algumas chamadas, por exemplo, como foi colocado, de reuniões
1366 extraordinárias, eu acho que não deveria ser, talvez, e concordo, Capobianco, com a sua
1367 posição, o padrão, mas algumas, pelo menos, deixar registrado que, para alguma
1368 possibilidade, em alguma decisão extraordinária, e que, de fato, o preço das passagens
1369 fossem proibitivos à vinda, alguma coisa nesse sentido, pelo menos deixar registrado que
1370 poderia ser possível fazer a reunião do CONAMA. Foi assim que eu entendi a intervenção
1371 da Mauren.

1372 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI** - Mauren, em Mato Grosso. Conselheiro, nós fizemos
1373 uma proposta... Vamos pôr na tela a proposta. Isso, talvez, porque eu acredito que ela
1374 possa esclarecer... Na verdade, o Ministério convoca, e isso não prejudicaria a
1375 possibilidade, se eventualmente...

1376 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Eu queria
1377 lembrar, apenas, vamos projetar a proposta da conselheira, só lembrar um ponto
1378 importante. Por decisão do presidente da República, as reuniões do CONAMA, esta
1379 reunião, ela está sendo transmitida ao vivo. Portanto, eventuais conselheiros que tenham
1380 um problema, como foi trazido pelo conselheiro Eduardo aqui, eles poderão acompanhar
1381 a reunião e poderão, por meio de conselheiros presentes, encaminhar sugestões,

1382 proposições, que serão defendidas por conselheiros aqui presentes. Só para deixar claro
1383 que isso é diferente de nós abrirmos a entrada virtual, porque isso tornaria a reunião
1384 extremamente complexa para garantir, inclusive, a estabilidade da conexão. Então, de
1385 certa forma, está garantida a participação de todos os conselheiros em função, e, aliás,
1386 até da sociedade como um todo, porque qualquer cidadão pode procurar, qualquer
1387 organização não governamental pode procurar seus representantes e trazer propostas
1388 em tempo real durante a reunião do CONAMA, graças a essa determinação do presidente
1389 da República. Mas vamos projetar. Então, um minutinho só. Só estamos providenciando
1390 a projeção da proposta.

1391 **A SRA. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** - Enquanto
1392 vocês estão ajeitando as propostas, eu queria fazer uma ponderação com o que o Taveira
1393 falou. O ano que vem vai ser um pouquinho diferente desse ano, porque nós vamos ter
1394 as nossas datas pré-agendadas e a possibilidade de fazer a compra das passagens com
1395 bastante antecedência. Então, eu concordo com o secretário Capobianco de que nós
1396 devemos manter as nossas plenárias com a interação humana e a possibilidade de
1397 dialogar e diminuir os problemas antes deles acontecerem na plenária.

1398 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Perfeito.
1399 Vamos lá? Já está projetado? Não, não está projetado. Eu vou ler aqui, porque estamos
1400 em dificuldade de projeção. Diz o seguinte. A proposta atual para a realização de reuniões
1401 de grupos de trabalho e câmaras técnicas poderão ser utilizados meios eletrônicos, como
1402 videoconferência, transmissão pela Internet e outros. Qual é a proposta da conselheira
1403 Mauren? Artigo 65. As reuniões do CONAMA poderão ser realizadas nas modalidades
1404 presencial, virtual ou híbrida atendidos aos requisitos do artigo 6º, parágrafo 6º deste
1405 regimento. Parágrafo único. A definição da modalidade deverá estar descrita no ato da
1406 convocação da reunião. Eu acredito que essa proposta pode ser incorporada, excluindo-
1407 se as reuniões plenárias do CONAMA. Se a conselheira estiver de acordo, vamos fazer
1408 assim? Então, excluídas as reuniões plenárias, todas as demais poderão ser híbridas ou
1409 virtuais ou presenciais, desde que isso seja devidamente informado no ato da
1410 convocação da reunião. Pode ser assim? Então, aqueles que forem favoráveis a esse
1411 texto, por favor, permaneçam como estão, quem for contrário se manifeste. Então,

1412 aprovada a emenda da conselheira Mauren, a ABEMA, sobre essa possibilidade de
1413 reuniões nas modalidades presencial, virtual. Eu vou ler o texto aqui para registro de ata,
1414 para ficar bem claro. Artigo 65. As reuniões do CONAMA, exceto as plenárias, poderão
1415 ser realizadas nas modalidades... Não, aí não vai dar, tem que corrigir. Como é que seria
1416 a correção? Você tem corrigido já? É que tem que projetar, senão a gente não consegue
1417 fazer isso com mais eficiência, não sei por que não está conseguindo projetar.

1418 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** - Só um
1419 ponto também, que o decreto, ele trata a reunião plenária sob uma ótica presencial, não
1420 diz exatamente isso, mas pela construção, diferentemente do que acontece até com o
1421 próprio CIPAM, e aí a conselheira tem total razão, fala em local, etc. E não faz sentido
1422 mesmo o artigo 65 não contemplar o CIPAM. Ficou uma coisa que a gente passou batido
1423 de 2011. A gente fez esta semana a reunião do CIPAM, não foi secretário virtual. A
1424 correção é de fato necessária. Agora, o CIPAM, ou a plenária, na minha percepção,
1425 demandaria um ajuste no decreto. Essa é a nossa limitação. O 65.

1426 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Vamos
1427 redigir agora, do jeito que está proposto. Não por que aqui está restringindo. Acho que a
1428 secretária... A secretária Mauren ampliou para tudo, exceto o plenário. Então, nós não
1429 devemos citar grupo a grupo, porque o que nós devemos citar é que as reuniões, com
1430 exceção das reuniões plenárias, que serão presenciais, vamos colocar assim, para a
1431 realização das reuniões, excetuando-se as plenárias, que serão obrigatoriamente
1432 presenciais, as demais reuniões poderão ser ajudadas na modalidade presencial, virtual
1433 ou híbrida, atendidos os requisitos do artigo 6º do Parágrafo... Entendeu? Acho que fica
1434 mais amplo. Porque ali está citando quais são. E se tiver algum grupo de trabalho que
1435 queira se reunir virtualmente, não vai poder. Ah, está bom. Já está tudo lá. Então, tira a
1436 exceção da plenária. Pode tirar, então. Secretária, atende? Por favor, o microfone para a
1437 proponente da medida. O grupo assessor está fora. O grupo assessor está fora. Está
1438 vendo?

1439 **A SRª. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio**
1440 **Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** - Eu
1441 acho que é mais fácil a proposta de excluir a plenária, porque todo o restante vai. Eu vou

1442 fazer uma sugestão. Para a realização das reuniões do CONAMA, poderão ser utilizados
1443 meios eletrônicos e transmissão pela Internet, excetuadas as reuniões plenárias, que
1444 serão presenciais. A exclusão fica ao final do texto.

1445 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** - Não,
1446 vamos lá. O artigo 65, ele fala em... Deixa eu pegar, porque é tanto... Ele fala aqui em...
1447 Grupo de trabalho e câmaras técnicas. Ou seja, ele já cita dois. Acrescentamos os dois
1448 e acaba. Acho que fica mais simples, muda menos o texto, que é uma das premissas do
1449 trabalho, e atende. Por exclusão, a plenária, e até pela interpretação do decreto, não
1450 poderia ser virtual. Entendeu, Marcela? Só acrescentar, já acrescentou grupos de
1451 trabalho e grupos assessores. Acabou.

1452 **O SR ROGÉRIO MENEZES (PRESIDENTE DA ANAMA)** - É isso que eu ia falar aqui.
1453 Tira o para do artigo 65. A realização, porque fica parecendo que é para a convocação
1454 da reunião. Deixa a realização, tira o para.

1455 **A SRª. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** - Já que
1456 vamos colocar a questão da utilização dos meios eletrônicos, seria interessante colocar
1457 a utilização dos meios eletrônicos e gravadas. Já incluir a necessidade de fazer a
1458 gravação.

1459 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Também
1460 isso é importante, realmente, é a gravação para registro da reunião. Perfeito. Na
1461 realidade, já são gravadas. É importante que fique obrigatório. Mais um minutinho de
1462 paciência, senhoras e senhores. Escrever um texto a duzentos e... Duzentos e quantas
1463 mãos? Duzentos e vinte e oito mãos. Não é fácil.

1464 **A SRª. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio
1465 Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA)** -Sem
1466 pressão, gente, é difícil escrever na frente de tanta gente.

1467 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** -
1468 Enquanto termina a redação, eu queria aproveitar, eu não sei se já foi apresentada, mas
1469 apresentar a todos, a nossa secretária executiva adjunta, a Ana Flávia. Ana Flávia, você

1470 poderia se levantar para todo mundo conhecer, porque em breve, provavelmente, você
1471 vai ter que assumir funções aqui, eventuais. Então, a Ana Flávia, a nossa secretária
1472 executiva adjunta, está aqui presente. Terminamos? Sabemos? Olha, quando coloca um
1473 advogado para escrever um texto, é difícil. Temos aí o texto? Microfone, por favor.

1474 **O SR. DANIEL OTAVIANO DE MELO RIBEIRO (Consultor Jurídico do MMA)** - Aí fica
1475 mais simples, mais direto. Não seria A, seria A. Haja uniões, as uniões, certo, do CIPAM,
1476 dos grupos de trabalho, dos grupos assessores e das câmaras técnicas, poderão ser
1477 realizadas por meios eletrônicos, por meio eletrônico como videoconferência,
1478 transmissão pela Internet e outros, ok?

1479 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Eu
1480 gostaria que incluísse esse dispositivo previsto pela secretária Mauren, que a definição
1481 da modalidade da reunião deverá estar descrita no ato da convocação. Isso é importante.
1482 Então, seria um parágrafo único, parágrafo único, parágrafo único, a definição da
1483 modalidade deverá estar descrita no ato da convocação da reunião. E tem a questão que
1484 foi sugerida pela conselheira Muriel, que eu acho muito importante, que elas serão
1485 gravadas. Já está em cima? Já está, Muriel, contemplada. Então, está bom. Então, se
1486 todos concordam com essa redação, permaneçam como estão ou se manifestem, por
1487 favor, aprovado por unanimidade. Muito bem, mais uma. Agora, vamos entrar... Vamos
1488 entrar agora na seguinte questão. Nós temos... Eu queria consultar o plenário sobre o
1489 melhor procedimento nesse momento. Nós temos duas propostas de emendas que
1490 devem estar já preparadas, escritas também, Marcela? Você já tem elas para projetar na
1491 tela? Por favor. Já temos aí ou não temos ali? Não pode ligar esse computador lá. Não,
1492 as emendas. As propostas de emendas. Então, nós temos que pôr a proposta de
1493 emenda, as duas propostas de emenda. Mas elas não estão escritas ali? Não, não, tem
1494 polêmica. Elas estão ali. Vamos olhar essas propostas de emenda para a gente abrir o
1495 debate. Nós temos duas alternativas aqui, senhoras e senhores, duas alternativas.
1496 Transferir essa discussão para o grupo assessor, para deliberar na próxima reunião ou
1497 enfrentar esse debate agora. Essa aqui é a questão que eu gostaria de consultar o
1498 plenário previamente, ou seja, nós aprovamos o texto base, nós temos dois itens que
1499 foram levantados por conselheiros, então nós podemos aqui deliberar sobre o melhor

1500 encaminhamento. Se seria o caso do grupo assessor amadurecer um pouco essas
1501 questões trazidas, ou se nós enfrentamos aqui agora. Então, antes de entrar no debate
1502 dos textos, nós vamos, então, submeter ao plenário essa alternativa de encaminhamento.
1503 Transferir o debate sobre esses dois itens. Eles não estão incluídos, eles não estão,
1504 portanto, nós temos que excluir do regimento, como ele vai ser aprovado hoje, o
1505 regimento não pode incluir, essa que é a questão, vamos prestar bem atenção no
1506 encaminhamento. Há um conselheiro que solicita a exclusão, na realidade é uma emenda
1507 que propõe que sejam excluídos animais de produção no dispositivo, não é isso,
1508 conselheiro? Não é isso? Por favor. Só um minutinho, por favor.

1509 **A SRA. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do**
1510 **Meio Ambiente - CONAMA e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA) -**
1511 A minha questão com relação a isso é a seguinte, nós estamos partindo do texto base de
1512 2011. No texto base de 2011, a gente não tinha a questão do bem-estar animal. Então,
1513 isso é uma coisa que a gente está acrescentando. No entanto, com relação a substâncias
1514 químicas, já estava presente. Então, eu acho que o tratamento é diferente para os dois
1515 pontos. O que a gente pode propor é manter o texto base de 2011 e colocar tanto a
1516 inclusão de bem-estar animal em discussão no grupo assessor, quanto a exclusão das
1517 substâncias químicas.

1518 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -** Parece
1519 bem razoável essa proposta. Lembrando, inclusive, ao conselheiro, que a CONASC está
1520 na bica. Nós já elaboramos o minuto de decreto, já passamos em discussão, já está na
1521 Casa Civil para assinatura do O Sr. Presidente da República em breve. Então, a CONASC
1522 vai voltar em breve. Então, a proposta da conselheira Marcela, você vai... Diretora
1523 Marcela.

1524 **O SR. WANDERLEI COELHO (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA) -**
1525 Diretora Marcela. A questão da gestão de substâncias químicas é uma inovação do
1526 regimento atual, que está vigente hoje, que foi feita pelo último governo. Em todos os
1527 demais regimentos que nós tivemos conhecimento, não estava explícito a gestão de
1528 substâncias químicas. Mas nós estamos tendências a concordar com o Dr. Capobianco
1529 em colocarmos isso na discussão do grupo que vai discutir o regimento interno.

1530 Poderíamos deixar isso para amadurecer esse tema. Gente, a questão toda é a seguinte,
1531 que tem que ficar claro. Gestão de substâncias químicas, eu preciso de base legal para
1532 isso. E, como a Zuleica falou aqui, tem um projeto de lei, o 6120, de 2019, que a CONASC
1533 trabalhou, foi feito dentro aqui do Ministério, e que está avançado no Congresso para
1534 aprovação. A aprovação dessa lei vai dar base legal para a regulamentação de uso de
1535 substâncias químicas industriais, produtos, poderá ser feita pela CONASC, que pode se
1536 tornar um conceito deliberativo, ou até o CONAMA. Hoje o CONAMA não teria essa
1537 prerrogativa de tratar de substâncias químicas como produto. O que a Zuleica disse sobre
1538 as convenções internacionais procede até porque nós já fazemos isso há décadas. O
1539 Brasil é signatário das convenções e o CONAMA já regulamentou muita coisa
1540 relacionada às convenções de POPs, mercúrio, resíduos, Basiléia e outras camadas de
1541 ozônio, substâncias que agridem a camada de ozônio. Então, no grupo assessor, na
1542 discussão, a gente pode tentar amadurecer isso, ou eliminar, ou focar no que foi colocado
1543 aqui, que é exatamente essa competência que o CONAMA sempre teve. A gente não
1544 quer retirar essa competência do CONAMA. Não queremos ampliar para outras coisas
1545 que o CONAMA não trabalhou. Está bom, secretário? Capobianco?

1546 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Está
1547 bom. Então, considerando o que foi exposto aqui, a proposta que nós vamos submeter
1548 aqui é a retirada desses dois tópicos do regimento para discussão no grupo assessor e
1549 volta para a análise do plenário na sequência. Conselheira Muriel, por favor. Microfone.

1550 **A SR^a. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** - Eu não
1551 sou advogada, mas eu sou rábula. E eu acho que por uma questão até de técnica
1552 legislativa, como o texto base que foi aprovado, ele tem, é o texto base que veio com o
1553 regimento anterior, são duas coisas diferentes. A de química, ela está no anterior. Ela
1554 estava no anterior, no que está vigente ainda nesse momento, e, então, ela fica. E nós
1555 remetemos à discussão, ainda assim, remete à discussão para o grupo assessor se deve
1556 manter ou tirar. E no que está sendo proposto agregar, que é o bem-estar animal, que
1557 não existia no que está vigente hoje e foi proposto agregar, isso vai para a discussão,
1558 para aprofundamento, para saber se agrega ou não. Eu concordo com o que a Marcela
1559 falou.

1560 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -**
1561 Conselheiro da CNI, pode estar? Por favor.

1562 **O SR. MÁRIO CARDOSO – TITULAR (Confederação Nacional da Indústria) -**Mário
1563 Cardoso, CNI. Não, é só reforçando o que o Wanderlei já comentou. Isso não estava no
1564 regimento de 2011, que foi utilizado como base. Isso estava no regimento de 2019, a
1565 questão das substâncias químicas. Então, o tratamento tem que ser o mesmo que a base
1566 foi de 2011. Obrigado.

1567 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -**
1568 Conselheira Muriel, você entendeu o argumento? Talvez... Nós vamos ter que enfrentar
1569 o debate aqui agora, realmente. Eu acho que não há consenso entre os conselheiros
1570 sobre essa questão, porque, de fato, se houvesse consenso de remeter os dois itens para
1571 o grupo assessor, os dois, a única possibilidade de nós seguirmos numa votação agora,
1572 sem enfrentar a questão agora de conteúdo, a única possibilidade seria os conselheiros
1573 concordarem em transferir os dois itens. Eles saem do regimento, aprovado hoje,
1574 atenção, é muito importante, saem do regimento a previsão da inclusão de bem-estar
1575 animal na Câmara Técnica, saem do regimento a previsão da questão dos produtos
1576 químicos do regimento atual e voltará se o grupo assessor fizer a defesa, evidentemente,
1577 e o plenário, na próxima reunião, assim, julgar necessário. Então, nós estaríamos tirando
1578 esses dois itens, porque foram os dois itens que foram levantados pelos conselheiros na
1579 votação do texto base. Então, eu vou propor exatamente o que a nossa conselheira
1580 Muriel, que é uma pessoa que é muito preocupada com o bem-estar humano e animal.
1581 Eu vou propor que, como são dois itens apenas, que a gente possa interromper agora
1582 para o almoço, para que todos possam conversar e, quem sabe, voltarmos após o almoço
1583 com esse encaminhamento. Lembrando que a nossa queridíssima diretora de Direitos
1584 Animais, Vanessa Negrini, que não é membro desse Conselho, pediu a palavra, e eu vou
1585 pedir, Vanessa, que você solicite algum conselheiro, por favor, que lhe dê a palavra, e eu
1586 vou sugerir que a senhora... Só um minuto, eu vou abrir... Eu vou pedir que, antes do
1587 almoço, a nossa diretora Vanessa possa se dirigir ao plenário, para que a gente possa
1588 refletir sobre os seus argumentos também, já que todos aqui tiveram a oportunidade de
1589 expressar seus argumentos. Por favor, diretora. Vai ser uma questão de ordem. Deixa

1590 ela falar primeiro, eu passo para você. Porque a questão de ordem precisa de tudo, você
1591 sabe disso, mas com uma deferença a nossa diretora.

1592 **A SR^a. VANESSA NEGRINI (Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e**
1593 **Direitos Animais)** - Muito obrigada, secretário. Muito obrigado a conselheiros e
1594 conselheiras. Eu me dirijo a vocês, pedindo a sensibilidade para que consideremos com
1595 a maior atenção possível esse pedido de instalação da Câmara Técnica de Direitos
1596 Animais. Quais animais? Todos os animais. O decreto 11.349 conferiu ao Ministério do
1597 Meio Ambiente a proteção, defesa e direitos dos animais, sem fazer distinção a nenhum.
1598 E teremos discussões importantes que nos impõem inclusive tratados internacionais e
1599 convenções internacionais que terão que ser respondidas pelo governo brasileiro. Um
1600 exemplo, por exemplo, está aberta a consulta do Programa das Nações Unidas para o
1601 Meio Ambiente para dizer o que os Estados membros pretendem fazer com a resolução
1602 Nexus do bem-estar animal. Resolução essa que foi aprovada em 2022 estabelecendo o
1603 nexo entre o bem-estar animal, desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Não
1604 tem como fazer uma discussão apartada entre bem-estar animal e proteção ambiental.
1605 Elas caminham juntas. Quer ver mais um exemplo? Estamos passando no Brasil,
1606 senhores e senhoras conselheiros e conselheiras, a gripe aviária. Essa gripe aviária que
1607 afeta tanto o nosso sistema produtivo, os animais de produção, quanto os animais
1608 silvestres. Está tudo conectado. Não tem como fazer uma discussão abrindo mão de
1609 outra. Então, peço, senhores e senhoras conselheiras e conselheiros, que se
1610 sensibilizem para essa demanda urgente. Falar de bem-estar animal é falar de direito à
1611 vida, à vida humana, do planeta e do meio ambiente. E não podemos fugir da
1612 responsabilidade de trazer, de avocar essas questões tão essenciais para a vida humana
1613 na Terra e não trazer essa discussão para o CONAMA. É nossa responsabilidade,
1614 responsabilidade coletiva com a vida humana dos animais e do meio ambiente. Muito
1615 obrigada.

1616 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** - Muito
1617 obrigada, diretora Vanessa. Questão de ordem, por favor, antes do almoço. Ah, é questão
1618 de ordem? Então, por favor. Temos duas questões de ordem.

1619 **O SR. Marcelo Marcondes, (Reitor do Instituto ANAMA)** - Senhor presidente, diretora
1620 Marcela, senhoras e senhores presentes, sou Marcelo Marcondes, reitor do Instituto
1621 ANAMA. O que eu trago aqui é uma questão de ordem que eu vejo que já está
1622 solucionado. Nós aprovamos o regimento interno mantendo o bem-estar animal. Então,
1623 é um item que já está estancado, ele não volta para ser retirado agora, ele não volta para
1624 ir para as comissões para ser discutido. Isso, para mim, é ponto pacífico. Agora, a
1625 questão que foi apresentada pelo MAPA, aqui pelo pessoal da agricultura, me perdoem
1626 a expressão, porque não me recordo o nome do conselheiro, eu vejo que essa questão
1627 pode ir para o grupo assessor. Aí é um ponto diferente. Aí, sim, a gente soluciona. E
1628 quando a gente fala em bem-estar animal, aqui foi trazido o animal de produção.
1629 Entendemos assim, sabemos que tem a questão da produção. Mas vamos refletir. O
1630 animal que está lá para a produção, ele não tem que ter um bem-estar? Ou ele pode ser
1631 jogado em caminhões, em navios, pode ser transportado, pode ser agredido, pode
1632 sofrer? Então, é esse o encaminhamento. Então, assim, bem-estar animal, eu entendo
1633 que já incluiu a questão do MAPA. Finalizo, presidente, colocando esta reflexão, que já
1634 está incluso o pedido do mapa, já que o mapa quer discutir, ampliar, que leve só esse
1635 ponto para o grupo assessor, e não o bem-estar que já foi aprovado. Finalizo aqui.

1636 **O SR. RAMIRES ANDRADE DE JESUS – SUPLENTE (Associação de Defesa**
1637 **Etnoambiental)** - O SR. Presidente, na verdade, sim, Ramírez, conselheiro pela
1638 Canindé. Eu acho que a gente precisa clarear melhor o procedimento. Eu acho que são
1639 pertinentes as discussões, sim, mas eu não compreendi bem, e muita gente comunga
1640 dessa mesma preocupação, com relação ao procedimento para aprovação, porque o
1641 texto base aqui referenciado é o texto base que o grupo assessor trouxe e apresentou. E
1642 entendo que ele foi aprovado como está, com esse acordo político de que pontos
1643 divergentes seriam debatidos no âmbito do grupo assessor que acabamos de aprovar
1644 aqui a continuação dos trabalhos. Então, só para que a gente convencie isso de uma
1645 maneira mais clara, eu acho que é pertinente entender isso, que o texto base é o texto
1646 base apresentado, discutido e apresentado pelo grupo assessor, e que foi aprovado
1647 nesse plenário. Após isso, vieram as discussões, uma proposta de alteração já foi
1648 submetida ao plenário e aprovada imediatamente, a da colega conselheira, com relação
1649 às reuniões virtuais e tudo mais, e nós temos outros dois pontos, ainda carente de

1650 debates mais aprofundados, e que convencionamos aqui, de algum modo, que seria
1651 conduzido pelo grupo assessor e trazido na próxima reunião ordinária para deliberação
1652 do plenário. Eu acho que esse é um encaminhamento que contempla a preocupação do
1653 CNI, dos demais, e que também permite nós avançarmos para a aprovação do regime,
1654 já aprovado o regimento interno com esse texto base. Muito obrigado.

1655 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -** Essa
1656 questão de ordem, na realidade, ela diverge de como eu encaminhei. Na verdade, não
1657 foi assim que nós encaminhamos. Falando objetivamente em relação às duas questões
1658 de ordem. Nós encaminhamos a votação de forma muito clara, que seria o texto base,
1659 excluindo, excluindo os dois tópicos levantados. Se nós procedêssemos da forma como
1660 o senhor sugere, nós estaríamos cassando o direito do representante que aqui se opuser,
1661 inclusive de votar contra. Nós poderíamos ter posto a votação e eles teriam a
1662 oportunidade de se manifestar contrários e votar contrários ao texto base. Ao separar,
1663 retirar da discussão esses dois tópicos, nós obtivemos a aprovação do texto base por
1664 unanimidade. Então eu não posso agora, presidindo essa reunião, aplicar essa
1665 interpretação, porque eu estaria cassando o direito dos dois conselheiros, que, aliás,
1666 outros manifestaram apoio nessa plenária, em relação a esses dois tópicos. Portanto,
1667 esses dois tópicos estão em discussão. Nós voltaremos a discuti-los. E se não houver
1668 consenso à tarde, eles serão retirados do regimento interno do texto base aprovado,
1669 voltam para a Câmara, ao grupo assessor, e voltarão ao debate no plenário no momento.
1670 Ou, outra opção, é enfrentar o debate aqui, e se a maioria julgar que o regimento texto
1671 base tem que permanecer como está, será aprovado no plenário. Então, o assunto volta
1672 à discussão. Não estão aprovados esses dois itens. Nos encontramos após o almoço.
1673 Até já. Obrigado.

1674 **Tarde:**

1675 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) -** Muito
1676 bem, senhoras e senhores, vamos então dar início à segunda parte da nossa reunião.
1677 Nós saímos para o almoço, gentilmente convidados pela conselheira Muriel, para almoçar
1678 e refletir sobre a questão das duas emendas ao texto base do Regimento Interno já
1679 aprovado pela manhã. E o objetivo dessa interrupção foi justamente que todos

1680 conversarem, eventualmente buscarem um entendimento sobre esse encaminhamento.
1681 Eu fiquei muito feliz de ser informado que há um entendimento entre os proponentes, no
1682 sentido de manter o texto base da forma como está, com o compromisso do grupo
1683 assessor, analisar os dois tópicos durante as suas reuniões que ocorrerão nos próximos
1684 meses e trazer para a próxima plenária do CONAMA, em novembro, as recomendações
1685 para o tratamento dessas duas matérias. Então, conforme fui informado, fica então o texto
1686 base aprovado, mantendo a questão do bem-estar animal e a questão das substâncias
1687 químicas. Como está, repito, a ser discutida no grupo assessor. Portanto, esse assunto
1688 voltará ao plenário, na próxima reunião, ocasião em que nós poderemos debater se o
1689 grupo assessor encontrar uma solução está resolvido, se não, o plenário vai dirimir.
1690 Correto? É isso que está sendo proposto, não é isso? Bom, então, para fins formais,
1691 submeto à aprovação do plenário a manutenção do texto base aprovado, com o
1692 compromisso do grupo assessor, discutir a questão do bem-estar animal e da
1693 normatização de produtos químicos. Essa discussão no grupo assessor voltará ao
1694 plenário na reunião de novembro, na reunião de novembro. Aqueles que forem favoráveis
1695 permaneçam como estão, os que forem contrários se manifestem, por favor, e não tendo
1696 ninguém se manifestando, aprovado por unanimidade. Muito bem. Passamos, então, ao
1697 nosso último ponto de pauta, que é o processo que estava originalmente como o terceiro,
1698 agora se tornou o quarto e último de pauta, que é a proposta de resolução CONAMA para
1699 a caracterização de tipologias e estágios sucessionais do bioma Mata Atlântica para o
1700 estado de Goiás. Ela vem da terceira reunião ordinária da Câmara Técnica de
1701 Biodiversidade, Áreas Protegidas, Florestas e Educação Ambiental. Essa resolução foi
1702 aprovada por unanimidade na Câmara Técnica e a sua aprovação permitirá que todos os
1703 estados da Mata Atlântica, agora sem nenhuma exceção, porque a única exceção era
1704 Goiás, passem a ter a regulação necessária, a adequada caracterização de tipologias e
1705 estágios sucessionais da Mata Atlântica também naquele estado. Lembrando que isso
1706 era uma exigência original do decreto 750, foi aprovado em 1993. Esse decreto foi
1707 regulamentado pelo CONAMA, exigia esse decreto que todos os estados
1708 regulamentassem por meio, por intermédio do CONAMA, isso foi feito para todos menos
1709 Goiás, portanto, nós tínhamos essa lacuna na legislação e agora está sendo apresentada
1710 a oportunidade do CONAMA completar esse trabalho por meio desta resolução, que,

1711 como eu disse, foi aprovada por unanimidade na Câmara Técnica. Está aberta a
1712 discussão. Caso haja alguém interessado em se manifestar...

1713 **A SRA. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do**
1714 **Meio Ambiente - Conama e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama) –**
1715 Não, agora é a apresentação, não?

1716 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Isso foi na
1717 pauta, as pessoas receberam a resolução, todos tiveram acesso.

1718 **A SRA. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do**
1719 **Meio Ambiente - Conama e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama) –** É
1720 que tem 15 minutos de apresentação da agenda. Então, nós vamos projetar um vídeo
1721 do... Cadê o Gustavo?

1722 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Não, não,
1723 nós não vamos apresentar vídeo, nós vamos apresentar a resolução.

1724 **A SRA. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do**
1725 **Meio Ambiente - Conama e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama) –** O
1726 Gustavo vai apresentar. Cadê o Gustavo? Pode fazer a apresentação, são 15 minutos,
1727 Gustavo.

1728 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA –** Boa tarde. Boa tarde a todos. Eu sou o Gustavo Bediaga,
1729 sou analista ambiental aqui do Ibama. Trabalho aqui na Coordenação de Floresta,
1730 Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade Floresta no Ibama, aqui em Brasília.
1731 Então, primeiro, eu vou cumprimentar aqui a mesa. Eu vou tentar ser breve aqui e acertar
1732 o tempo. Então, se eu estiver passando, vocês possam me falar que eu concluo. Bom,
1733 então eu vou apresentar aqui a proposta que a gente fez, que o Ibama apresentou para
1734 a questão de definição de estágio sucessional em Mata Atlântica. Passar uma breve
1735 introdução sobre o porquê dessa resolução e como funciona a Lei da Mata Atlântica, por
1736 que ela é importante. Então, a Lei 11.428 de 2006, conhecida como Lei da Mata Atlântica,
1737 ela definiu uma proteção para o bioma de acordo com o estágio sucessional do
1738 fragmento. Esse é um ponto central da aplicação dessa lei. Então, você tem estágios

1739 sucessionais diferentes no bioma Mata Atlântica e cada estágio desse, ele é protegido
1740 de uma forma diferente. O que são esses estágios sucessionais, de forma bem resumida?
1741 Uma vegetação, quando ela está no processo de regeneração, ou seja, ocupando o local
1742 que já foi antropizado ou ocupando uma clareira de uma floresta, ela ocorre em estágios
1743 sucessionais. Primeiro, você tem o estágio inicial, aquelas espécies pioneiras que vão
1744 ocupando a área. Depois, você tem o estágio médio e, por fim, o estágio avançado, que
1745 é o que a gente chama daquela floresta madura, aquela floresta que a gente olha e fala:
1746 “Olha, que floresta bonita.” Basicamente, a gente tem essa definição desses três estágios
1747 sucessionais. E a Lei da Mata Atlântica, como eu disse anteriormente, ela definiu um
1748 estado de proteção diferente para cada um desses estágios sucessionais. Você pode
1749 fazer determinadas atividades no estágio inicial, você pode fazer outras determinadas em
1750 estágio médio e outras em estágio avançado. O nível de proteção vai aumentando
1751 conforme o estágio aumenta. Então, o estágio avançado é mais protegido que os demais
1752 estágios. E aí, a definição sobre esse estágio sucessional, ele, de acordo com a lei da
1753 Mata Atlântica, no seu artigo 4º, ele é de iniciativa do CONAMA. O CONAMA deve definir
1754 esses estágios sucessionais para cada estado. Então, o Bioma Mata Atlântica, ele é
1755 composto de 17 estados da federação, cada um desse estado tem que ter uma resolução
1756 CONAMA definindo o que é um estágio inicial na floresta atlântica aqui no meu estado, o
1757 que é um estágio médio aqui na floresta atlântica do meu estado e assim por diante. Na
1758 época da lei, o Conselho teria esse prazo de 180 dias para determinar essas resoluções
1759 CONAMA com os estágios sucessionais de cada estado. E aí, o detalhamento... E aí, o
1760 CONAMA... Vou trazer a história um pouco para trás, então, em 2006. Lá em 93, já para
1761 aplicação do decreto 750, que era um decreto especial para a Mata Atlântica também, o
1762 CONAMA fez uma resolução, a resolução número 10, de 1993, que outorgava ao IBAMA,
1763 em articulação com o órgão estadual do Sisnama, detalhar os parâmetros de estágio
1764 sucessional. Então, lá, já desde o decreto 750, já tinha essa obrigação legal e o IBAMA,
1765 então, era responsável por detalhar esses parâmetros e submeter ao CONAMA, para que
1766 o CONAMA possa aprovar essas resoluções. Isso, lá em 93, tinha esse prazo de 30 dias.
1767 E aí, assim foi feito, essas resoluções CONAMA foram aprovadas. Eu trouxe aqui uma
1768 lista. A partir da 10 de 93, teve a 1, 2, 4, 5, 6, 25, 28, e assim por diante, todas de 1994.
1769 Então, os estágios sucessionais foram todos definidos pelos estados nessas resoluções

1770 de 1994, cumprindo aquele prazo anteriormente dado. Tem algumas outras resoluções
1771 um pouco mais atuais, por exemplo, como a da Paraíba 391 a 392 de Minas Gerais, de
1772 2007. Todos os estados foram abrangidos com essas resoluções CONAMA, tendo os
1773 seus estágios sucessoriais bem definidos, exceto o Goiás. Então, desde 1993, que todos
1774 os estados tiveram esse trabalho, o Goiás ficou de fora. O Goiás é o único estado, dos
1775 17 que compõem o bioma Mata Atlântica, que não possui uma resolução CONAMA
1776 definindo os seus estágios sucessoriais. Aí, talvez alguns estejam se perguntando: “Mas,
1777 Goiás tem Mata Atlântica?” Tem. Eu vou trazer aqui um mapa. Esse aqui é um mapa de
1778 aplicação da Lei 11.428. É um mapa específico para aplicação da Lei da Mata Atlântica.
1779 Vou dar um zoom aqui em Goiás para vocês poderem enxergar. Esse aqui é a parte sul
1780 de Goiás, divisa com Minas Gerais. Então, divide ali um rio Paranaíba, que divide os
1781 estados. Toda essa mancha verde é Mata Atlântica, de acordo com o mapa de aplicação,
1782 e a Lei da Mata Atlântica deve ser aplicada nessa mancha verde. Então, são 29
1783 municípios abrangidos pela Lei da Mata Atlântica em Goiás. Mais ou menos, estamos
1784 falando de um milhão de hectares. Isso é mais ou menos dois distritos federais. O Distrito
1785 Federal tem um pouquinho mais de 500 mil hectares. Então, um pouquinho mais de dois
1786 distritos federais abrangidos pela lei. Então, toda essa área aqui está protegida pela Lei
1787 da Mata Atlântica, no entanto, sem uma resolução CONAMA para definir seus estágios
1788 sucessoriais. Ou seja, a proteção da Mata Atlântica, a aplicação correta da lei fica
1789 prejudicada por causa disso. Bom, então a gente encarou esse desafio de construir essa
1790 resolução CONAMA para Goiás. Isso foi lá em 2017 que começou esse trabalho. E aí,
1791 como a gente vai fazer isso? Bom, a gente definiu três macroetapas para que a gente
1792 pudesse chegar no final com esse produto. Primeiro, reunir pesquisadores, especialistas
1793 e os órgãos ambientais para produzir uma minuta para essa resolução CONAMA. Depois,
1794 fazer uma vistoria para validar a minuta em campo, ou seja, ver se ela é aplicável em
1795 campo. Por fim, fazer um seminário um pouco mais amplo e validar essa minuta com
1796 outros atores também de Goiás. Fizemos, então, um processo participativo local, não
1797 sendo assim só em Brasília, a gente pensou em não fazer uma coisa em Brasília, mas
1798 sim ir lá para Goiás, lá em Goiânia, e o pessoal da superintendência de Goiás que
1799 capitaneou esse processo. Bom, então, todo esse processo aqui envolveu os seguintes
1800 órgãos. O IBAMA, o IBGE, e aqui eu quero, no IBGE, fazer uma menção especial que o

1801 Luiz Alberto Dambros estava presente. Para quem não conhece, ele é um dos que
1802 participaram do RadamBrasil, que foi o maior levantamento florístico já realizado no Brasil
1803 na década de 70 e 80. Então, ele é realmente uma referência para a gente que trabalha
1804 com levantamento florístico, foi uma honra ter ele participando dessas reuniões com a
1805 gente. A Universidade Estadual de Goiás, Ministério Público Estadual de Goiás,
1806 Ministério Público Federal de Goiás, Secretaria de Meio Ambiente de Goiás, o órgão
1807 estadual, e a Universidade Federal de Goiás. Também convidamos outras entidades que,
1808 infelizmente, não participaram. Então, foram cinco reuniões em 2018, de abril a outubro.
1809 Essa vistoria conjunta para validar essa minuta, que foi em junho de 2019, no Parque
1810 Estadual da Mata Atlântica, lá no sul de Goiás, onde é abrangido pela lei. E um seminário,
1811 em outubro de 2019, para a gente validar a minuta final. E a minuta teve como base o
1812 trabalho do professor Dr. Wagner Santiago do Vale, da Universidade Estadual de Goiás,
1813 Campus Ipameri. E aí eu queria pedir licença, eu pedi para o professor, ele fez um
1814 videozinho de oito minutos, só para ele explicar como é que ele chegou nos parâmetros.
1815 É uma resolução econômica que é técnica, então tem muitos parâmetros técnicos, e o
1816 professor teve uma contribuição fundamental nesses parâmetros. Então, eu trouxe aqui
1817 um rápido vídeo.

1818 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Você
1819 primeiro apresenta tudo.

1820 **O SR. GUSTAVO BEDIAGA –** Então, eu vou passar direto essa parte, que o professor
1821 vai explicar no vídeo dele, então eu não vou entrar muito no detalhe técnico, até porque
1822 ele foi o líder dessa parte técnica. Vou falar só um pouquinho da validação de campo.
1823 Foram lançadas seis parcelas de 20 por 20 metros, foram dois analistas do IBAMA, três
1824 da Secretaria de Meio Ambiente, um especialista botânico, ficaram quatro ou cinco dias
1825 nesse parque estadual, lançaram essas parcelas em campo, mensuraram todos os
1826 indivíduos arbóreos com circunferência e altura do peito acima de 15 centímetros,
1827 seguindo o protocolo de estudo em floresta brasileira, e fizeram essas relações entre os
1828 parâmetros encontrados em campo com o que a gente estava propondo na minuta. E aí
1829 foram diversas estatísticas, análises de espécies indicadoras, feito sociologia para
1830 comparar. Se a minuta é aplicável, ela funciona, ela está realmente refletindo o que está

1831 sendo visto em campo. E o resultado foi que a minuta foi bem aprovada ali naquela
1832 vistoria de campo, foi validada, o pessoal validou a aplicabilidade dela. Então a gente
1833 encaminhou o produto final da minuta, que basicamente tem essa estrutura. São duas
1834 tipologias descritas, duas fitofisionomias, a floresta estacional decidual, conhecida como
1835 Mata Seca, e a floresta estacional semidecidual, que é a maior parte dos fragmentos da
1836 região. Para cada uma dessas florestas, foi definido o estágio inicial, estágio médio,
1837 estágio avançado. Cada um desses estágios são aqueles nove indicadores que estão lá
1838 na direita, estratificação, altura, DAP médio, sub-bosque, espécie de indicadores, enfim,
1839 tudo feito baseado no trabalho que o Dr. Wagner vai apresentar aqui para vocês. E, por
1840 fim, a definição de vegetação primária, que é a definição padrão que tem em todas as
1841 resoluções CONAMA, que a gente adotou também, que é aquela vegetação que nunca
1842 foi mexida pelo ser humano, que é difícil de achar, mas ela está lá definida no CONAMA.
1843 Em resumo, o que eu queria trazer, a aplicação da Lei da Mata Atlântica depende da
1844 resolução CONAMA, definindo o estágio seccional. E aí, quando eu falo aplicação da Lei
1845 da Mata Atlântica, eu estou falando de licenciamento ambiental, para você licenciar, você
1846 saber se isso aqui pode ser feito, você tem que saber se está em estágio inicial, médio
1847 ou avançado, e isso confere diferentes graus de proteção, então isso é importante para
1848 o licenciamento ambiental. Para autuação, a mesma coisa, a multa é diferente, quando
1849 você desmata em estágio médio ou avançado, a multa é um pouco maior, você tem
1850 definições na própria lei de crimes ambientais mais rigorosas. Então, para autuação, para
1851 ação fiscalizatória do bioma, também é necessário você definir esses estágios seccionais.
1852 E por fim, perícias também, ou qualquer tipo que envolva ações do judiciário, que você
1853 tem que caracterizar uma vegetação, ou caracterizar para a própria recuperação da área,
1854 se era um estágio médio antes ou avançado, isso tudo, você precisa desses parâmetros
1855 que vão definir se o estágio é inicial, médio ou avançado. Como eu falei, vou repetir mais
1856 uma vez, porque é um ponto bem importante, Goiás é o único estado, sem uma resolução
1857 CONAMA, que define o estágio seccional na Mata Atlântica. E eu estou falando de 1994
1858 foram definidos os demais estados. Então, tem 30 anos que o Goiás está sem essa
1859 resolução CONAMA. A CONAMA de 1993, como eu já falei anteriormente, define que o
1860 IBAMA e os órgãos ambientais estaduais devem definir os parâmetros de estágios
1861 seccionais, então, assim, o IBAMA fez, está aqui entregando ao CONAMA o resultado

1862 desse produto, e esse produto foi um processo participativo, envolveu diversas
1863 instituições, e como o vídeo aqui do professor vai demonstrar, foi feito a partir de um
1864 trabalho de um especialista que trabalha na área, com fragmentos florestais da área, que
1865 conhece, entende e faz levantamento primário na área. Então, é um processo que a gente
1866 fez bem baseado no parâmetro que ele levantou, e que é baseado na ciência, e que é
1867 baseado no que é observado em campo em levantamentos da região. Por favor, pode,
1868 então, passar o vídeo.

1869 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Fui
1870 informado que são 10 minutos de vídeo, acho que nós vamos assistir 3 a 4 minutos,
1871 vamos interromper até o fim de andamento da reunião. 5 minutos é quase uma
1872 longametragem. Isso, vamos deixar à disposição de todos também. É só o início.

1873 **O SR. WAGNER SANTIAGO DO VALE (UEG)** – Hoje sou professor da UEG, na Unidade
1874 Ipameri, sou formado lá em Uberlândia, foi lá que eu fiz meu doutorado, e, assim, o
1875 pessoal do IBAMA convidou a gente para estar participando da Minuto de Mata Atlântica
1876 para Florestas Estacionais Semidecíduais e Deciduais, que são as matas atlânticas
1877 localizadas aqui no estado de Goiás. E eu vou tentar resumir em 10 minutos ali, que foi
1878 o tempo que nos foi passado, o que a gente fez, está bom? Porque a gente fez algumas
1879 análises aí dentro das reuniões. Claro, teve várias reuniões, várias conversas, várias
1880 discussões, mas teve algumas analisezinhas aqui que eu acho que são importantes para
1881 estar passando para vocês. Então, basicamente, a gente fez uma revisão de Mata
1882 Atlântica, o que é Mata Atlântica, por que nós chamamos Florestas Estacionais
1883 Semidecíduais e Deciduais de Mata Atlântica aqui no estado de Goiás, e assim por diante.
1884 E o que acontece? Geralmente, a gente faz estudos para achar padrões estruturais e
1885 padrões florísticos. Estruturais, altura, densidade arbórea, a área que a planta ocupa no
1886 solo, e assim por diante, que a gente chama de área basal, e padrões florísticos, as
1887 espécies que estão ali, está? Então, de Mata Atlântica aqui, a gente fez dois tipos de
1888 estudos, um para Florestas Estacionais Semidecíduais e outro para Deciduais, porque o
1889 ambiente predominante que essas florestas acontecem é diferente. Florestas Deciduais
1890 geralmente acontecem em solo rochoso, com forte inclinação, e a Semidecidual com solo
1891 um pouco menos inclinado, e geralmente mais marginando leitos de rios, córregos e

1892 assim por diante. Aqui é uma diferenciação na estação seca, dá para a gente perceber
1893 que as duas florestas ficam bem diferentes. A Decidual perde praticamente todas as
1894 flores, a Semidecidual não. Então, é bem fácil de notar isso. E existe uma coisa muito
1895 importante, que é a heterogeneidade ambiental. Às vezes, uma mesma floresta, a gente
1896 olha e fala assim: Ah, isso é uma floresta. Ela pode ter floresta tecida, floresta Estacional
1897 Semidecidual, um cerradão, uma borda, e assim por diante, está? Então, é uma floresta
1898 só que pode ter várias fitofisionomias, mas no final das contas, a fitofisionomia do
1899 predominante vai ser uma ou outra. Então, a gente considera aquela floresta ali, ou pelo
1900 menos essa parte principal da floresta, como uma Mata Atlântica, ok? E o que a gente
1901 fez? Qual foi o meu papel ali, além de participar das reuniões, ler material, e assim por
1902 diante, ou trazer conhecimento? Eu peguei vários estudos, são 18 estudos, onde foi
1903 utilizado o método de parcelas. Então, a pessoa vai lá, marca a parcela no campo, para
1904 analisar uma floresta, está bom? Vai lá, marca essas parcelas no campo, faz o
1905 plaqueamento das árvores, então, a cada árvore vai ser identificada qual é a espécie
1906 daquela árvore, faz o plaqueamento também das parcelas, para depois voltar no campo
1907 e conseguir identificar, das árvores aqui, né, só um exemplo, mais de perto, e faz uma
1908 série de mensurações, está? Então, a gente pega e mensura a árvore, a gente, a partir
1909 do solo, até 1,30 metros de altura, a gente coloca uma régua, geralmente perto da altura
1910 do peito aqui, que a gente chama de C1,30, ou capo, está bem? E mede todos os
1911 indivíduos com o diâmetro maior ou superior, é igual, ou superior a 5 centímetros. Então,
1912 se a árvore tiver um diâmetro maior do que 5 centímetros, ela entra no critério. A gente
1913 pode usar esse critério, ou mede a circunferência a 15 centímetros, que os valores são
1914 bem próximos, dá para se comparar aí, tranquilamente, está bem? E a gente mede a
1915 altura das árvores com o clinômetro, com a GLOF, está bom? Que é o equipamentozinho.
1916 Ou com a tesoura de poda, né, porque geralmente tem pontos de 2 em 2 metros, então,
1917 podemos usar ela como mensuração, medida de mensuração. E a gente, obviamente,
1918 cataloga as espécies, identifica e assim por diante, está? Então, aqui a gente tem 18
1919 áreas. Por que 18 áreas? E essas 18 áreas? Eu peguei áreas que estão dentro do limite
1920 da Mata Atlântica, essas daqui, olha. E áreas que estão próximas da Mata Atlântica e
1921 algumas mais distantes, justamente para perceber se dá alguma diferença. Aqui é um
1922 mapa dessas áreas, cada pontinho aqui em vermelho são algumas dessas áreas. Aqui

1923 só não tem uma área de jataí, que está um pouco mais distante, está bem? Aqui para cá,
1924 mas mostra a maioria das áreas aqui. E a gente fez uma série de averiguações, está
1925 bem? Percebendo que existe uma diferença do grau de caducifolia das árvores, das
1926 florestas, então, às vezes, a floresta tem mais espécies sempre verdes, uma ou outra
1927 floresta tem um pouco mais de espécies decíduais, mas é uma pequena variação, né?
1928 Isso acontece, é normal acontecer entre as áreas. Existe uma diferença em relação às
1929 espécies predominantes também, em algumas áreas predominava um pouco mais de
1930 espécies que gostam de luz, em outras áreas um pouco mais de espécies que gostam
1931 de sombra. Mesmo todas essas áreas que eu coloquei sendo consideradas em bom,
1932 médio para bom estágio de conservação, dá uma variaçõzinha. O porte arbóreo
1933 variável, isso aqui eu acho que é muito importante mostrar para vocês, está? Que essas
1934 florestas variavam de 800 a 1.300 indivíduos por hectare. De 22 a 40 metros quadrados
1935 de área basal por hectare. Então, assim, acima de 20 metros por hectare já são matas
1936 consideradas em bom estágio de conservação e a riqueza de espécies de 70 a 110
1937 espécies arbóreas. Então, assim, dá para perceber que é uma quantidade grande de
1938 espécies de árvores em apenas um hectare e a gente percebe que as espécies têm uma
1939 certa variação. O docel da floresta, que é a parte mais alta da floresta, geralmente é
1940 acima de 15 metros e abaixo de 10 metros ficam aquelas espécies que não atingem o
1941 docel, elas ficam no sub-bosque. Então é bem claro essa estratificação. A gente
1942 consegue ver um docel, a gente consegue ver um sub-bosque e tem uma que a gente
1943 chama de estrato intermediário, que não é nem docel nem sub-bosque, algumas espécies
1944 que chegam de vez em quando chegam no docel, algumas de vez em quando ficam mais
1945 no sub-bosque, assim por diante. É só assim uma delimitação que é possível verificar a
1946 estratificação florestal quando se faz análise estrutural como essa que a gente fez nos
1947 estudos, está? Enfim, agora a gente tem que tentar comparar essas áreas.

1948 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Eu acho
1949 que, bom, primeiro esse tema é muito interessante, mas nós já estouramos bastante o
1950 tempo que nós tínhamos previsto para apresentação. Eu entendo que o importante até
1951 agora, eu acho que vai seguir nessa linha, é mostrar que de fato se utilizou todas as
1952 técnicas mais atualizadas, todo o esforço de coleta de informação em campo, o que
1953 reforça os argumentos que você aqui apresentou. Eu vou propor que a gente deixe esse

1954 vídeo disponível. Eu, particularmente, tenho todo o interesse, de certo, afinal sou biólogo,
1955 tenho todo o interesse de conhecer a fundo, mas eu gostaria de a seguir para o debate
1956 aqui no plenário e queria pedir, então, que você concluísse, se tem mais alguma
1957 observação a fazer, para que a gente possa dar sequência ao processo aqui de
1958 deliberação, por favor.

1959 **SR. GUSTAVO BEDIAGA** – Perfeito, eu já concluí minha parte, está concluído.

1960 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Então,
1961 está bom, muito obrigado. Parabéns pelo trabalho, pelo compromisso. Parabéns ao
1962 Rodrigo Agostinho aí, mais uma vez, pelo Ibama, trazendo contribuições fundamentais e,
1963 se tudo correr bem, nós vamos finalmente ter todos os estados da Mata Atlântica com a
1964 questão dos estados sucessoriais regulamentados. Então, a primeira pessoa inscrita é
1965 Maria Luiza, por favor, Helô, para os íntimos. Se apresenta, nome completo, instituição,
1966 por favor, Helô. O mais difícil é acertar aqui o microfone.

1967 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
1968 **da Mata Atlântica)** – Bom, boa tarde a todos. Boa tarde, Secretário. A todas e todos.
1969 Para a gente, eu queria ressaltar um ponto muito importante. Primeiro, que bom que todos
1970 os estados da Mata Atlântica completem a sua regulamentação, a sua resolução
1971 importantíssima, para que a gente possa cumprir uma missão e uma emergência, que é
1972 o combate ao desmatamento, para enfrentar toda essa crise climática, toda emergência
1973 climática no Brasil. Então, para nós, da bancada das entidades ambientalistas que nos
1974 reunimos, a gente ressalta a importância de que a gente avance em todos os
1975 instrumentos e mecanismos que possam, em todos os biomas, não só da Mata Atlântica.
1976 Eu trabalho com a Mata Atlântica há mais de 40 anos e participando dessas resoluções.
1977 Comecei, eu era criança, como o senhor, Secretário. Nós trabalhamos nos 750 e em
1978 outros mais, mas a gente defende muito o que a gente avança e precisamos incorporar
1979 a todos esses instrumentos e mecanismos uma série de requisitos e questões que estão
1980 avançando dia a dia e muito agora focado na questão da emergência climática, onde
1981 sabemos que combater o desmatamento talvez seja um instrumento que esteja mais ao
1982 nosso alcance nesse momento e é o mais emergencial de todos os instrumentos, pelo
1983 que o IPCC nos trouxe no último relatório. A gente gostaria de concordar com a

1984 aprovação da resolução, completando aqui todos os estados, e gostaria, desde já, propor
1985 a criação de um grupo técnico junto à Câmara de Biodiversidade que avalie uma
1986 atualização, um aprimoramento das resoluções de todos os estados, já incorporando e
1987 atualizando com vários instrumentos que estão vindo e que a gente possa, com isso,
1988 pensar também na perspectiva do programa de combate ao desmatamento e do nosso
1989 compromisso em reverter ou de enfrentar da forma mais rápida possível e mais
1990 responsável possível as emergências que temos. Então, é uma proposta da bancada das
1991 entidades, que eu represento aqui pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, nesse
1992 momento, pelo Instituto Amigos, de que a gente faça esse grupo e que possa dar uma
1993 atualizada e uma aprimorada, uma avaliação conjunta junto à Câmara de Biodiversidade.
1994 Então, agradeço...

1995 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) – Obrigado.**

1996 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**
1997 **da Mata Atlântica) – A todos e peço aí a compreensão. Obrigada.**

1998 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Alguém
1999 gostaria de se manifestar? Bem, não havendo mais ninguém, então, entendo que nós
2000 temos dois encaminhamentos aqui. Uma é a própria resolução, que foi muito bem
2001 apresentada até esse momento, com os detalhes todos, e temos uma proposta da
2002 conselheira Heloísa sobre o e a proposta de revisitarmos as resoluções que foram, como
2003 foi bem demonstrado aqui, aprovadas há 30 anos, não é isso? 30 anos atrás. De lá para
2004 cá, muitas informações novas surgiram, a ciência evoluiu muito. A própria normatização,
2005 a própria lei da Mata Atlântica veio bem depois disso. Então, seria, de fato, bastante
2006 interessante, mas vamos pela ordem. Primeiro ponto, então, em votação, a proposta de
2007 resolução CONAMA para caracterização de tipologias em estágios sucessionais do
2008 Bioma Mata Atlântico no estado de Goiás. Aqueles que concordarem, permaneçam como
2009 estão. Quem for contrário, por favor, se manifeste. Aprovado por unanimidade. Agora
2010 submeto à aprovação do plenário, a proposta da conselheira Heloísa, de que se crie um
2011 grupo de trabalho junto à Câmara Técnica de Biodiversidade, Florestas... O que mais?
2012 Biodiversidade, Florestas, Áreas Protegidas, Educação Ambiental e, por enquanto, Bem-
2013 Estar Animal, até a próxima reunião, para que esse grupo revise todos o conjunto de

2014 resoluções, a fim de verificar se novas informações, novos conhecimentos, adquiridos
2015 nesses longos 30 anos, sugerem e recomendam ao CONAMA um aprimoramento dessas
2016 resoluções. Quem for favorável a esse encaminhamento, permaneça como está. Quem
2017 for contrário, se manifeste, por favor. Aprovado por unanimidade. Desse jeito, eu vou
2018 bater recorde aqui.

2019 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PRESIDENTE DO IBAMA)** – Secretário, eu queria só
2020 pedir a palavra.

2021 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Tema?
2022 Sim. O tema já foi votado, está prejudicado.

2023 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PRESIDENTE DO IBAMA)**– Eu quero apenas
2024 cumprimentar...

2025 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Ah, sim,
2026 um comentário sobre a decisão.

2027 **O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PRESIDENTE DO IBAMA)** – Sim, eu quero apenas
2028 fazer um comentário muito breve, Secretário. Dos 246 municípios de Goiás, apenas 26
2029 possuem o bioma Mata Atlântica. Isso de acordo com os dados do trabalho realizado ao
2030 longo do tempo pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e pela Fundação SOS
2031 Mata Atlântica. Foi um trabalho em uma região que tinha uma cobertura original de 1
2032 milhão de hectares, hoje essa área tem uma cobertura remanescente de 2,5%. Então,
2033 apenas para fazer um esclarecimento. A região envolve 1 milhão de hectares, mas hoje
2034 temos 29 mil hectares de fragmentos de florestas estacionais semidecíduais e também
2035 decíduais. Então, apenas para cumprimentar o Conselho Nacional do Meio Ambiente por
2036 esse avanço. Foram 30 anos para que pudéssemos chegar até aqui, e eu acho que a
2037 ciência fica feliz em ver que conseguimos caracterizar os diferentes estágios
2038 sucessionais da Mata Atlântica em todos os estados desse bioma. Então, temos um
2039 grande desafio. Obviamente que não tem previsão em legislação, mas obviamente que
2040 temos esse desafio de um dia sonhar que todos os seus biomas tenham as suas
2041 caracterizações, tenham esse mesmo trabalho para todos os biomas. Mas eu queria

2042 apenas cumprimentar a minha equipe, cumprimentar o Conselho por esse importante
2043 avanço, acho que não é pouca coisa. E o gesto que a gente fez aqui hoje é um gesto
2044 muito importante, cumprimentar as autoridades da Secretaria do Meio Ambiente de
2045 Goiás, acho que é muito importante, é uma ferramenta que todos nós vamos usar
2046 bastante. Obrigado.

2047 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Perfeito,
2048 Rodrigo. Muito bom. Excelente a sua avaliação. Assino embaixo integralmente. A Marcela
2049 tem um aviso técnico para fazer aqui.

2050 **A SRA. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do**
2051 **Meio Ambiente - Conama e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama)** –
2052 Tem uma BMW cinza 1200 chapa PAI 0042 que está parada na frente da presidência e
2053 você precisa retirar o carro. E o outro, se a Mayara Matos estiver por aí, também entrar
2054 em contato. Mayara Matos.

2055 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Estou
2056 achando que esse carro é do presidente do Ibama. Pela marca, deve ser do presidente
2057 do Ibama. Temos agora o item sete, informes. Solicito a diretoria do CONAMA a
2058 verificação se há informes ou se há, por parte dos conselheiros, interesse de fazer
2059 informes nesse momento. Nós temos algum informe da secretaria? Não temos.
2060 Conselheiro Bacca, por favor.

2061 **O SR. LAURO EDUARDO BACCA – TITULAR (Associação Catarinense de**
2062 **Preservação da Natureza – Acaprena)** – Boa tarde, mesa. Boa tarde a todos. Eu recebi
2063 um livro, dei de presente para um amigo e olhei não tem nada aqui que eu possa ser
2064 novidade para mim. Aí o amigo me retornou, falou tão bem do livro que eu comprei e li
2065 também. E vou fazer aqui a recomendação com a mesma premissa que eu tive. A gente
2066 tem a sensação que não vai aprender nada, mas valeu a pena. Com a vantagem de ser
2067 escrito numa linguagem fluida, fácil de ler, gostosa de ler e que recomendaria ao setor
2068 de educação do IBAMA, ou do Ministério do Meio Ambiente, recomendar fortemente a
2069 todas as escolas. Trata-se do Planeta Terra, do David Attenborough, o famoso maior
2070 divulgador da biodiversidade do planeta. Repito, peguei nele, peguei o livro, com a

2071 sensação de que não iria trazer nada de novo, mas é difícil achar uma única página que
2072 não contenha informações preciosas. Então, deixaria aqui a sugestão para o
2073 conhecimento de todos. Vale como uma espécie de reciclagem, lembrança de uma
2074 série de coisas que a gente pensa que sabe, mas a reflexão do autor, escrita aos 94 anos
2075 de idade, hoje ele está com 97, muito boa. Fica a recomendação. Obrigado.

2076 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Muito
2077 bem, Bacca. Muito obrigado.

2078 **A SRA. MARCELA MORAES (Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do**
2079 **Meio Ambiente - Conama e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama) –** Por
2080 favor. Eu vou aproveitar, então, para fazer um informe sobre a Agenda Nacional do Meio
2081 Ambiente. É uma das atribuições do CIPAM a apresentação de uma proposta de agenda
2082 para o plenário, que seria uma agenda para o Sisnama, com recomendações para os
2083 próximos dois anos. Então, na última reunião do CIPAM, fizemos uma proposta de
2084 metodologia que envolve o seguinte. Uma primeira proposta vai ser apresentada pelos
2085 representantes dos setores no CIPAM, e a gente vai compartilhar essa proposta com os
2086 conselheiros e marcar uma reunião virtual para receber colaborações. A partir dessas
2087 colaborações e da consolidação da proposta, na próxima reunião plenária, a gente,
2088 então, vai apresentar ao plenário essa agenda. Então, é uma agenda que propõe para o
2089 Sisnama objetivos, programas, projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. E
2090 vai ser muito importante a participação de todos vocês. Então, queria só fazer esse
2091 informe de que vocês vão receber uma primeira proposta de agenda e a gente vai fazer
2092 essa reunião virtual para ouvir as contribuições.

2093 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA) –** Muito
2094 bem. Nós temos aqui, temos por favor, um conselheiro, depois César e Muriel. Por favor.

2095 **O SR. HERBERT MOURA REGO - TITULAR (Representante do Ministério da Cultura)**
2096 – Olá. Boa tarde a todas e todos. Cumprimento a mesa, cumprimento a todos e todas
2097 aqui presentes. Parabéns por essa reunião. Me chamo Herbert Moura. Sou servidor de
2098 carreira do IPHAN e estou representando o Ministério da Cultura aqui como conselheiro.
2099 Bom, informe em breve. Essa informação, o IPHAN hoje possui a Instrução Normativa

2100 01, publicada em 2015, que instituiu a participação do IPHAN no processo de
2101 licenciamento ambiental como todo, estadual, nacional, até municipal, estabelecendo
2102 critérios e parâmetros para a condução desse processo no que tange ao IPHAN a
2103 proteção do patrimônio cultural no âmbito do licenciamento. Esse documento, essa
2104 Instrução Normativa está atualmente em revisão e esse informe aqui é para mencionar
2105 que estão abertas a todo o público, sociedade civil, entidades, que podem encaminhar
2106 complementações, sugestões, críticas ao atual documento e que esse documento tem a
2107 previsão de ser publicado no final desse ano, em dezembro, e vamos abrir para uma
2108 consulta pública por volta de novembro e dezembro, mas com a previsão já de publicá-
2109 lo ao final do ano. Então, é esse o informe que eu acho que é válido para essa reunião.
2110 Muito obrigado.

2111 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito
2112 obrigado, conselheiro. Conselheira Muriel.

2113 **A SRA. MURIEL SARAGOUSSI – TITULAR (Fundação Vitória Amazônica)** – Eu só
2114 queria agregar com relação à agenda que a sociedade civil vai abrir uma consulta mais
2115 ampla para outras entidades da sociedade civil. Nós achamos muito importante que a
2116 gente receba, não somente dos conselheiros, mas fazer essa ampliação. Então, nós
2117 vamos estar trabalhando isso. Nós já temos um primeiro levantamento que estamos
2118 finalizando até o final desse mês agora e, no mês que vem, vamos estar fazendo um
2119 processo agregador ao processo que o DSisnama está conduzindo.

2120 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito
2121 obrigado, conselheira. César Victor.

2122 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**
2123 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Boa tarde a todos e todas. Eu gostaria
2124 apenas de complementar essa questão sobre o Cerrado, que nós da Rede Cerrado, eu
2125 represento aqui a Funatura, a Rede Cerrado e as organizações não-governamentais da
2126 região Centro-Oeste. Então, é o seguinte, nós estamos assistindo, nos últimos, diria, 50
2127 anos, uma destruição sem precedentes do Cerrado. E o principal agente e indutor dessa
2128 transformação é o agronegócio, principalmente, mas não só. A questão da mineração e

2129 outras questões mais. Então, a gente entende que não tem mais tempo para esperar que
2130 se defina algumas políticas públicas, e também que o setor, principalmente o setor do
2131 agronegócio, possa entender e possa, de certa forma, conduzir uma nova forma de
2132 trabalhar o Cerrado. Do jeito que está, é impossível continuar. Nós estamos assistindo à
2133 destruição desse bioma e o que a gente mais vê é, o agronegócio está, é o principal
2134 agente, indutor do desenvolvimento, mas existe um custo muito elevado para isso. É o
2135 custo da biodiversidade, a água, os povos e comunidades tradicionais cerradas, os povos
2136 indígenas. Então, existem muitas políticas públicas que podem ser adotadas para
2137 reverter esse quadro. Existem, assim, desmatamentos imensos, legalizados, inclusive,
2138 mas que não têm acionabilidade no longo prazo. Então, nós parabenizamos essa
2139 iniciativa da construção do PPCerrado, que está acontecendo agora, juntando os
2140 secretários de meio ambiente do Cerrado, além de outros atores, e que agora, segundo
2141 o Secretário Capobianco, vai colocar em consulta pública e que será também debatido lá
2142 no encontro dos povos do Cerrado. Então, nós temos que olhar muito para essa questão
2143 da conservação dos territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais,
2144 quilombolas, as unidades de conservação, a questão da recarga de aquíferos, a questão
2145 das conexões. As unidades de conservação e outras áreas protegidas estão se formando
2146 em ilhas. Se a gente pegar imagem de satélite, nós vamos ver os absurdos que estão
2147 acontecendo. Ou seja, daqui a algum tempo, em vez de um conjunto, um sistema de
2148 unidades de conservação, nós vamos ter um monte de ilhas. Então, essa questão das
2149 conexões, da formação dos corredores ecológicos, da manutenção desses corredores,
2150 das zonas de amortecimento das unidades de conservação precisa ser trabalhada para
2151 tentar reverter esse processo. A região do Matopiba, Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins
2152 estão em uma destruição sem precedentes. Então, não podemos ficar assistindo isso e
2153 este encontro dos povos de Cerrado vai ser um momento importante, porque vai vir gente
2154 de vários estados, das comunidades tradicionais, técnicos, para tentarmos viabilizar
2155 novas formas de trabalhar o Cerrado, porque, realmente, desse jeito não dá. E nós, da
2156 rede Cerrado, elaboramos uma nota técnica. Vamos disponibilizar aqui a Secretaria
2157 Executiva do CONAMA para a gente trabalhar essa questão de forma mais intensa e
2158 tentar reverter essa questão. Porque, realmente, não dá para continuar do jeito que está.
2159 Muito obrigado.

2160 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Obrigado,
2161 senhor. Nosso último inscrito.

2162 **O SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA – SUPLENTE (Movimento Verde de Paracatu)**

2163 – Olá, boa tarde, amigos, amigas. Eu sou Tonhão, já estive no CONAMA de 2008 a 2011,
2164 e atualmente presido o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu. O Rio Paracatu,
2165 para vocês terem uma ideia, é o maior afluente do Rio São Francisco. É uma bacia de 42
2166 mil hectares, quase duas vezes o estado de Sergipe, e contribui com 26% da água da
2167 bacia do Rio São Francisco. Para vocês terem uma ideia pelo que a gente tem passado,
2168 a vazão média histórica do Rio Paracatu era de 600 metros cúbicos por segundo. Hoje,
2169 não chega em 100 metros cúbicos por segundo. Em Minas Gerais, nós temos
2170 aproximadamente 26 áreas de conflito, sendo que 16... 18 áreas, melhor, ficam na nossa
2171 bacia. E, com relação à questão do Cerrado, o que eu tenho a dizer para vocês é o
2172 seguinte. Nós perdemos 75% da cobertura vegetal, então, pode estar aí a fórmula que
2173 mostra que nós perdemos a vazão do Rio Paracatu quase na íntegra. Inclusive, em 2017,
2174 a Rede Globo fez uma matéria lá, não sei se alguém, na época, pôde assistir, mas o fato
2175 é que, com a perda dessa cobertura vegetal, nós ficamos sem água. E, para quem não
2176 tem conhecimento, a água de chuva, quando cai na floresta, ela infiltra, em média, 30%.
2177 E, sem a floresta, não chega a 10%. Então, está aí a situação que nós estamos vivendo.
2178 E queria aqui pedir especial atenção dos conselheiros com relação às questões das
2179 nossas águas, inclusive do próprio Ministério do Meio Ambiente, porque nós estamos
2180 vivendo a situação catastrófica na nossa região. Nós temos o agronegócio lá pungente,
2181 onde uma bacia que tem mais de 100 mil hectares irrigado com pivô central, e chega
2182 numa época dessa, não temos água. Para finalizar, eu queria dizer para vocês que, em
2183 maio desse ano, nós recebemos um relatório do governo de Minas, onde apontava que
2184 a gente ia ter problema esse ano com relação à água para irrigação. O comitê mobilizou,
2185 emitiu um comunicado para todos os usuários de água da bacia, alertando: “Não façam
2186 terceira safra sob pena de vocês não terem água para essa terceira safra.” Isso nós
2187 fizemos em maio. Levamos uma projeção do comitê, porque o Estado só tinha até maio.
2188 Conclusão: Os irrigantes, em grande parte, não estão tendo água nesse momento para
2189 a terceira safra. E, com isso, prejuízo, falta de produto, baixa produtividade, é uma
2190 situação muito complicada. Então, isso aqui, eu estou passando esses informes para

2191 vocês, porque, às vezes, muitos conselheiros aqui nem sabem o que é comitê de bacia.
2192 E é o órgão colegiado que tem como atribuição desenvolver ações como primeira
2193 instância na região da bacia. Beleza?

2194 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** Muito
2195 obrigado, Tonhão.

2196 **O SR. ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA – SUPLENTE (Movimento Verde de Paracatu)**
2197 – Obrigado a todos. Obrigado. Até breve.

2198 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Muito
2199 obrigado. Senhoras e senhores, com essas intervenções, acredito que nós encerramos
2200 os trabalhos por hoje. Queria agradecer...

2201 **O SR. LEONLENE DE SOUSA AGUIAR - TITULAR (Representante do Estado do Rio**
2202 **Grande do Norte)** – Perdão, pessoal. Obrigado. Leão Aguiar. Eu sou representante do
2203 Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no órgão ambiental. Eu queria só informar
2204 para todos vocês e convidar, na verdade, para o encontro nacional do Comitê de Bacias
2205 Hidrográficas, que inicia agora na próxima semana, segunda-feira, lá em Natal, no Rio
2206 Grande do Norte. Já estamos com mais de 2.100 inscritos para participação presencial e
2207 mais de 800 de forma virtual, de 21 a 25. E queria antecipar aqui já um segundo convite
2208 para que vocês possam reservar suas agendas para a Conferência Brasileira de
2209 Mudança do Clima, que estamos organizando em parceria com o Instituto Etos, para
2210 acontecer também em Natal, dia 5 e 6 de outubro deste ano. Então, talvez seja uma
2211 belíssima oportunidade para todos nós antes da participação na COP, a Conferência em
2212 Dubai. Obrigado e até a próxima.

2213 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do CONAMA)** – Perfeito.
2214 Muito obrigado. Vamos lembrar, então, a próxima reunião do CONAMA. Para efeitos, viu,
2215 Eduardo, para você poder comprar passagem com antecedência, conforme foi sugerido
2216 com a Muriel. Mas é dia 8 de novembro. Então, temos bastante tempo, podemos comprar
2217 passagem a um preço bem adequado. Peço a todos os conselheiros que se preparem
2218 para o dia 8 de novembro. Uma pauta certamente muito positiva. Antes de encerrar, eu

2219 gostaria apenas de compartilhar com senhoras e senhores um fato que eu considero
2220 extremamente positivo, que revela que nós estamos vivendo um novo momento. Acho
2221 que nós estamos todos muito comprometidos com o enfrentamento das mudanças
2222 climáticas, com o aprimoramento da legislação ambiental, com o aprimoramento da
2223 implementação da legislação ambiental. Acredito que hoje o grau de consenso que nós
2224 tivemos aqui revela isso, revela um entendimento muito positivo. Isso é muito estimulante.
2225 Mas ocorreu um fato nessas últimas semanas que, de certa forma, representam um
2226 aumento da nossa esperança sobre a integração do Sisnama. Acho que o nosso objetivo
2227 aqui, o CONAMA é o órgão superior do Sisnama, e o nosso objetivo é realmente
2228 implementar o Sisnama, a cooperação e a integração entre todos os órgãos de governo
2229 na gestão ambiental, com participação da sociedade, do setor privado e todos os
2230 envolvidos. Os senhores sabem que, nas últimas semanas, aliás, nos últimos meses, o
2231 Ministério do Ambiente vinha sendo incitado de forma muito intensa a atentar para o
2232 problema no Pantanal. Nós estávamos encontrando um problema sério no Pantanal do
2233 Mato Grosso do Sul. Diferentemente do Mato Grosso, que adotou um conjunto de normas
2234 mais restritivas, digamos assim, a emissão de autorizações de desmatamento, mas o
2235 Mato Grosso do Sul não vinha adotando e vinha ao contrário, emitindo autorizações de
2236 forma muito intensa em áreas muito extensas. Essa questão nos remeteu a verificar a
2237 necessidade do CONAMA cumprir, ou melhor, terminar com uma certa omissão, que era
2238 a regulamentação do artigo 10 do Código Florestal. Você sabe que no Código Florestal
2239 prevê no seu artigo 10 que as planícies alagáveis do Pantanal, eles podem, a autorização
2240 de supressão de vegetação tem que estar fundamentada em estudos técnicos, científicos
2241 adequados que comprovem que essas autorizações não vão comprometer o equilíbrio
2242 ecossistêmico do bioma. Essa regulamentação nunca foi feita, nunca se definiu o que um
2243 estudo desse deveria conter como informações fundamentais para que os órgãos
2244 estaduais, exercendo o seu poder discricionário, emitir as devidas autorizações. Então,
2245 nesse sentido, o Ministério do Ambiente apresentou ao CIPAM uma minuta de resolução
2246 CONAMA que trataria justamente da aprovação dos parâmetros técnicos científicos que
2247 deveriam constar nos estudos que subsidiariam a tomada de decisão dos órgãos
2248 ambientais para o licenciamento ambiental e autorizações de supressão de vegetação.
2249 Isso criou uma certa polêmica, confundiu-se isso com uma tentativa de invasão e de

2250 desrespeito ao pacto federativo, como se nós estivéssemos querendo que o CONAMA
2251 normatizasse a ação do Estado. Não era isso, era apenas uma regulamentação do ponto
2252 de vista técnico, como fizemos hoje. Hoje, o CONAMA, ao aprovar os parâmetros dos
2253 estágios sucessionais, ele não está interferindo no papel do Estado de Goiás, no caso,
2254 de emitir as suas autorizações e implementar a legislação. Nós estamos aprovando o
2255 parâmetro técnico que o governo do Estado do Goiás, assim como todos os outros vão,
2256 o Goiás passará a utilizar. Agora os outros vão utilizando para a sua ação. Mas o mais
2257 positivo, por que eu estou contando isso? Porque, às vésperas da reunião do CIPAM,
2258 onde nós iríamos discutir essa minuta, nós fomos procurados pelo governo de Goiás. O
2259 próprio governador nos procurou e fez uma proposta que eu considero, Mato Grosso do
2260 Sul, nos procurou e fez uma proposta que eu considero absolutamente emblemática
2261 desse espírito que deve prevalecer na nossa relação. Ele se propôs aqui, pediu que nós
2262 suspendêssemos a discussão da resolução nesse momento e ele, em contrapartida, iria
2263 suspender as novas autorizações. Então, ele informou que editaria um decreto, aliás, foi
2264 editado hoje esse decreto, proibindo as novas autorizações no bioma, por 190 dias, 180
2265 dias, e que nós constituíssemos um grupo de trabalho envolvendo o governo federal, o
2266 governo estadual, evidentemente, com a participação da sociedade e de todos os
2267 interessados, para elaborar duas coisas. Um projeto de lei de proteção do Pantanal, no
2268 Mato Grosso Sul, e uma resolução CONAMA feita de forma conjunta para definir esses
2269 parâmetros. Então, eu acredito que isso é um exemplo absolutamente fundamental,
2270 importantíssimo e estimulante de como nós podemos, de forma integrada, atuar para o
2271 objetivo que nos une, que é fortalecer a gestão ambiental. Então, eu queria encerrar essa
2272 reunião agradecendo muito a essa reunião de hoje, muito eficiente, superprodutiva. Cada
2273 um aqui fez o seu papel, cedeu um pouco para que nós pudéssemos avançar e aprovar
2274 tudo aquilo que foi proposto na pauta. E desejo a todos um bom dia, uma boa final de
2275 tarde e que nos encontremos nas reuniões de câmara técnica, grupo de trabalho, mas
2276 principalmente no dia 8 de agosto aqui no CONAMA, 8 de novembro aqui no CONAMA,
2277 para que a gente possa repetir o êxito que foi essa reunião de hoje. Muito obrigado e boa
2278 tarde a todos.